

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 872

PANORAMA DA EDUCAÇÃO NOS ESTADOS QUE COMPÕEM A AMAZÔNIA LEGAL*

Jorge Abrahão de Castro**
Bruno de Carvalho Duarte***

Rio de Janeiro, abril de 2002

* Este trabalho foi realizado, em princípio, no âmbito do projeto IPEA/Sudam firmado para a cenarização da parte referente à situação educacional na Amazônia Legal. Os autores agradecem a participação das estatísticas Erika Elizabeth Vidal e Adriana Lima, de fundamental importância para a elaboração das bases.

** Da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA.

*** Assistente de Pesquisa.

Governo Federal

**Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão**

Ministro – Guilherme Gomes Dias

Secretário Executivo – Simão Ciríneu Dias

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Roberto Borges Martins

Chefe de Gabinete

Luis Fernando de Lara Resende

Diretor de Estudos Macroeconômicos

Eustáquio José Reis

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Gustavo Maia Gomes

Diretor de Administração e Finanças

Hubimaier Cantuária Santiago

Diretor de Estudos Setoriais

Luis Fernando Tironi

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Murilo Lôbo

Diretor de Estudos Sociais

Ricardo Paes de Barros

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Uma publicação que tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos, direta ou indiretamente, pelo IPEA e trabalhos que, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 1

2 SITUAÇÃO EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO 2

2.1 ANALFABETISMO NA POPULAÇÃO DOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL 3

2.2 MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO 6

2.3 PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO 6

3 ATENDIMENTO E ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO 10

3.1 TAXA DE ATENDIMENTO ESCOLAR 11

3.2 TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA E LÍQUIDA DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO 12

4 PRODUTIVIDADE/RENDIMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL 14

4.1 TAXA DE APROVAÇÃO POR NÍVEL DE ENSINO 14

4.2 TAXA DE REPROVAÇÃO POR NÍVEL DE ENSINO 17

4.3 TAXA DE ABANDONO POR NÍVEL DE ENSINO 20

4.4 TAXA DE DISTORÇÃO DA IDADE/SÉRIE POR NÍVEL DE ENSINO 23

5 RECURSOS DISPONÍVEIS PELO SISTEMA 25

5.1 QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE POR NÍVEL DE ENSINO 25

5.2 GASTOS REALIZADOS PELO SISTEMA POR NÍVEL DE ENSINO 28

6 CONCLUSÕES 31

ANEXO 36

BIBLIOGRAFIA 60

SINOPSE

Neste trabalho apresenta-se uma análise da situação educacional nos estados que compõem a Amazônia Legal (estados da região Norte, Maranhão e Mato Grosso), no período compreendido entre os anos de 1996 e 1998, concentrando-se a atenção para o ensino fundamental e o médio, devido à alta importância dos mesmos, inclusive explicitado na Constituição Federal de 1988, onde se enfatiza a obrigatoriedade na provisão pública daquele nível de ensino e crescente obrigatoriedade do ensino médio.

Construiu-se um esquema analítico subdividido em quatro itens, de modo que cada um deles, através da análise de seus respectivos indicadores e da comparação entre regiões e Brasil, possa dar uma visão mais ampla e clara dessa importante área, um dos objetivos primordiais das políticas públicas sociais.

Os resultados obtidos através da análise desses indicadores mostram que a região da Amazônia Legal apresenta situação educacional pior do que a média nacional e demais regiões. No entanto, depreende-se da mesma análise que, no geral, tal situação está mudando para um quadro mais positivo, embora se constate que alguns dos indicadores estaduais variaram com velocidades heterogêneas contrariando a tendência média de variação.

ABSTRACT

This paper presents an analysis of the educational situation in the States of North region, Maranhão and Mato Grosso, which constitute what is called *Amazônia Legal*. The period of the analysis contains the years between 1996 and 1998, focusing in the elementary and high school education, due to the main importance of them, as stated in the Federal Constitution of 1988, where it stresses the public mandatory supply for the elementary education and the growing role of the government for high school education.

This paper conducts an analytical approach divided in four items allowing comparisons between the various regions and with the average of the country, through the analysis of the representing indicator. Therefore one could have a better and clearer view of the education sector, which is one of the most important matter for any social public policy.

The results obtained through the analysis of the indicators, show that the region of *Amazônia Legal* presents the worst educational situation if compared to other geographic regions. On the other hand, the analysis also shows that the situation is improving on the average despite the fact that it presents great variations between States, often contraring the average variation trend.

1 INTRODUÇÃO

Este texto tem por objetivo apresentar as estatísticas educacionais mais relevantes que foram possíveis de ser elaboradas para os estados (envolve a ação estadual e municipal) que compõem a Amazônia Legal, com vistas a formar um panorama das condições educacionais da população dessa região e de seu sistema educacional, para o período recente. Neste trabalho, porém, não se pretende analisar as causas do sucesso ou insucesso educacional da região da Amazônia Legal; visa-se apenas apresentar um retrato da situação educacional em tais estados, tendo em vista contribuir para a formação de uma visão mais abrangente e ampla da questão educacional.

Os estados amazônicos ou da Amazônia Legal são compreendidos como partes constitutivas de um espaço geográfico denominado legal e politicamente Amazônia Legal — que será denominado neste trabalho indicador Amazônia Legal ou somente Amazônia Legal. O número de estados envolvidos nessa região chega a nove, sendo sete da região Norte (Pará, Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Tocantins), um da região Centro-Oeste (Mato Grosso) e um da região Nordeste (Maranhão). Para fins de comparabilidade, será introduzido o indicador regional Outras Regiões, que é composto pelo somatório dos estados não-constituintes do indicador regional Amazônia Legal. Ademais, será comparado o desempenho desses indicadores regionais com o indicador Brasil, que é composto do somatório de todos os estados brasileiros.

Para se entender a situação da educação nessa região se estará trabalhando também as características básicas da divisão da área de educação em níveis que constam da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Portanto, a educação brasileira inicia-se pela educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e vai até o ensino superior.

Os sistemas educacionais são constantemente influenciados por mudanças decorrentes dos objetivos sociais e econômicos de cada país — e mesmo de cada região. Essas mudanças podem estar associadas ao acesso à qualidade e relevância dos aprendizados proporcionados por esses sistemas e à equidade de oportunidade com direitos sociais básicos. Em virtude disso, é primordial analisar a trajetória dos sistemas com base naquilo que é percebido como relevante; por exemplo, verifica-se que mesmo com todo o esforço educacional ainda persiste na situação educacional brasileira a doença do analfabetismo que, com aspectos variados, atinge uma parcela razoável da população brasileira. Também se nota que a escolaridade de indivíduos dada pelo número de anos de estudo ainda está entre as mais baixas do mundo.

Outra situação relevante para o entendimento da questão educacional diz respeito ao atendimento e escolarização da população, principalmente devido ao processo de transição demográfica brasileiro e à expansão da infra-estrutura e geração de recursos humanos ocorridos nos últimos cinco anos, que se por um lado levaram a uma expansão da cobertura, por outro, permitiram deixar em plano inferior as questões de acesso ao ensino fundamental. Além disso, são verificadas grandes disparidades regionais e locais.

Em vista disso, é importante voltar a atenção para as questões relativas ao que será denominado produtividade/rendimento do sistema, o qual está associado ao que é atualmente o maior item de preocupações e discussão por todos aqueles que estão envolvidos na questão educativa. Nesse caso, estarão sendo apresentando indicadores tradicionais que refletem em grande medida a educação que os alunos encontram nas escolas. Por último,

apresenta-se um dos indicadores sobre os recursos que a escola dispõe para oferecer educação, a denominada relação aluno/docente.

A partir deste mosaico, pretende-se delinear as especificidades do funcionamento do sistema educacional existente atualmente nos estados amazônicos, observando-se em que medida cada estado e o conjunto dos estados amazônicos se aproximam ou se afastam da realidade de outras regiões e do Brasil.

Nesse sentido, o texto foi dividido em quatro unidades de análise: *a*) situação educacional da população, que deve ser representada pela análise dos indicadores a respeito da situação do analfabetismo e média de anos de estudo; *b*) situação do atendimento escolar da população pela rede pública, que deve ser analisado mediante as taxas de escolarização líquida e bruta e taxa de atendimento; *c*) produtividade/rendimento do sistema educacional da região, mediante análise das taxas de aprovação, reprovação, abandono e distorção idade/série; e *d*) recursos do sistema, analisando-se a relação docente por grau de formação.

Para enriquecer a análise, é apresentada uma variedade de tabelas e gráficos acompanhados de comentários e, em anexo, as demais tabelas que também fazem parte do estudo desenvolvido. Os indicadores a serem utilizados são os seguintes: taxa de analfabetismo; média de anos de estudo da população; percentual da população por nível de instrução; taxa de atendimento; taxas de escolarização bruta e líquida; taxa de aprovação; taxa de reprovação; taxa de abandono; taxa de distorção da idade/série; qualificação do corpo docente por nível de ensino; gastos realizados por nível de ensino — sendo este subdividido em participação do gasto na área de educação pelas três esferas de governo e gastos sociais; participação relativa dos gastos na área de educação no gasto social consolidado e PIB local, por região e estados; e índice de gastos na área de educação por região, estados e municípios.

É válido ressaltar que este texto não tem por objetivo apresentar os valores absolutos dos indicadores, pois o enfoque maior se dá na observação de uma tendência ou movimento de queda/ascensão acerca dos indicadores analisados neste trabalho. Entretanto, são apresentadas em anexo as Tabelas A.1 e A.2, que contêm a população por unidades da Federação (UFs) e indicadores regionais de 1996 e as matrículas nos níveis de ensino e demais especificações para o ano de 1998, de modo que havendo necessidade ou interesse de se chegar a valores absolutos, poder-se-á utilizá-las para a construção de *proxies* consistentes.

As estatísticas presentes no texto foram elaboradas utilizando-se os dados dos Censos Educacionais de 1996, 1997 e 1998, realizados pelo MEC/Inep, da Contagem realizada em 1996 e do Censo Populacional de 1980 e 1991, do IBGE.

Por fim, ressalva-se que no caso da análise na perspectiva estadual alguns indicadores não puderam ser calculados devido a limitações na base de dados. Outra questão importante é que procurou-se não calcular indicadores que utilizassem duas bases de dados distintas por receio de discrepâncias.

2 SITUAÇÃO EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO

As características da instrução da população que se encontra nos estados da Amazônia Legal serão retratadas mediante três indicadores tradicionais: a taxa de analfabetismo na população maior de 15 anos; a média de anos de estudo para a população acima de 10 anos; e o percentual da população por nível de instrução.

Os indicadores aqui desenvolvidos reportam-se às condições educacionais da população retratadas no Censo Populacional e na Contagem Populacional realizada em 1996 pelo IBGE. Utilizou-se a Contagem porque este inquérito torna possível o desenvolvimento dos indicadores, incluindo as condições da educação rural da região Norte. Esses mesmos indicadores podem ser calculados utilizando-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), mas, no entanto, nesse inquérito não constam as informações relativas às condições dos municípios da parte rural da região Norte, o que torna essa fonte de informação muito limitada para a análise requerida neste trabalho. Deriva daí também a limitação da análise somente até o ano de 1996, já que o próximo ano para análise deverá ser 2000, devido à realização do censo nesse ano.

Apesar dessas limitações, compreende-se que a disponibilidade de indicadores estaduais é de grande relevância na medida em que possibilita identificar as carências educacionais pelas quais passam a população e onde estão localizadas. Nessa perspectiva, enfatiza-se o contexto espacial, fornecendo elementos para que, através de ações estratégicas, sejam investigados não só o analfabeto como sendo o cidadão que sofre as conseqüências diante de suas reduzidas oportunidades de emprego, mas também a sociedade, que deixa de contar com pessoal melhor qualificado.

2.1 ANALFABETISMO NA POPULAÇÃO DOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL

O termo analfabetismo é usado principalmente para as pessoas de 15 anos de idade ou mais que não sabem ler nem escrever. A análise do analfabetismo para esse grupo se revela importante por ser este o contingente utilizado, de um lado, para fins de comparabilidade internacional pela Unesco e demais agências internacionais e, de outro, para o dimensionamento da população alvo dos programas de alfabetização de adultos, de diferentes organismos oficiais ou privados [Alves *et alii* (1980)].

O analfabetismo representava em 1980, de acordo com a Tabela 1, 25,4% da população brasileira daquela faixa etária.¹ Apesar de essa taxa de analfabetismo ser nitidamente alta, se comparada às dos estados amazônicos, está entre as menores. Pode-se citar, por exemplo, o caso dos Estados do Maranhão e Acre, que apresentaram as maiores taxas de analfabetismo entre os estados amazônicos — seus percentuais chegam a quase metade da população maior do que 15 anos (49,6% e 45,6%, respectivamente). Por outro lado, outros estados amazônicos obtiveram taxas menores — porém próximas — do que a média nacional, sendo eles Roraima e Amapá (25,4% e 24,6%, respectivamente).

¹ Essa tabela foi composta utilizando-se os dados da Tabela A.3 do Anexo, onde é apresentada a taxa de analfabetismo na faixa etária de 15 anos ou mais para os anos de 1980 e 1991.

TABELA 1

Taxa de Analfabetismo na Faixa Etária de 15 Anos ou Mais — 1980, 1991 e 1996

(Em %)

UF	Taxa de analfabetismo 15 anos ou mais		
	1980	1991	1996
Brasil	25,4	20,1	-
Outras regiões	24,4	19,1	-
Amazônia Legal	36,8	28,7	20,2
Rondônia	31,5	20,3	15,0
Acre	45,6	34,8	25,5
Amazonas	29,3	23,8	17,5
Roraima	25,4	20,6	16,4
Pará	27,8	24,4	16,2
Amapá	24,6	19,2	13,3
Tocantins	...	31,4	20,0
Maranhão	49,6	41,4	28,2
Mato Grosso	30,5	19,5	13,3
Nordeste	44,8	37,2	-
Sudeste	16,8	12,3	-
Sul	16,2	11,9	-
Centro-Oeste	24,3	16,0	-

Fontes: IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991, Contagem 1996 e PNAD de 1996.

Devido à heterogeneidade entre os percentuais das taxas e ao fato de quase todos os estados terem apresentado taxas de analfabetismo maiores do que a taxa nacional no ano de 1990, a média ponderada para os estados da Amazônia Legal apresentou índice elevado (36,8%), ficando bem acima da nacional e da taxa média ponderada para as demais regiões (Nordeste,² Sul, Sudeste e Centro-Oeste³), que havia ficado em 24,4%.

Analisando-se ainda a Tabela 1, percebe-se que tanto nas regiões, quanto nos estados, na transição de 1980 para 1991 as taxas de analfabetismo caíram drasticamente. Como exemplo, cita-se o caso dos Estados de Rondônia e Mato Grosso, cujas taxas declinaram em torno de 11 pontos percentuais (p.p.). Outras taxas caíram menos; por exemplo, o indicador Amazônia Legal (queda de 8,1 p.p.), o indicador Outras Regiões e a média nacional (ambos com queda de 5,3 p.p.). Cabe ainda ressaltar que de 1991 a 1996 houve queda na taxa de analfabetismo em todos os estados amazônicos.

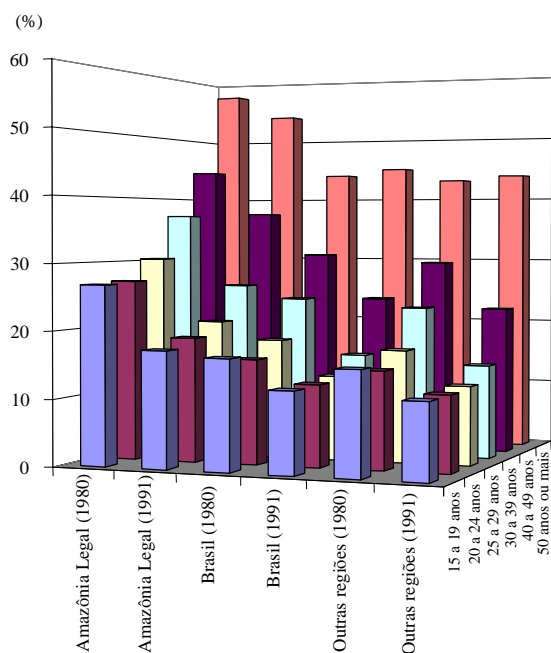
Apesar de no transcorrer da década de 1980 os Estados do Maranhão e Acre terem apresentado quedas significativas no nível de analfabetismo (8,2 p.p. e 10,6 p.p., respectivamente), estes continuaram a apresentar os maiores índices de analfabetismo quando comparados aos demais estados da região Amazônica, Brasil e Outras Regiões. No mesmo sentido, o indicador Amazônia Legal, que representa a

² Menos o Estado do Maranhão.³ Menos o Estado de Mato Grosso.

média ponderada dos estados amazônicos, também apresentou índice elevado. O indicador das Outras Regiões, no entanto, continuou a apresentar o menor índice de analfabetismo quando comparado aos demais estados e regiões em pauta.

Para melhor compreensão do problema, o Gráfico 1 mostra o analfabetismo por faixa etária específica, tanto para a média nacional, quanto para os indicadores regionais Amazônia Legal e Outras Regiões. Não foi possível construir o mesmo gráfico para 1996, por falta de dados.

GRÁFICO 1
Taxa de Analfabetismo nas Faixas Etárias Especificadas — 1980 e 1991



Percebe-se do gráfico que a tendência é de que quanto mais velha a população, maior o índice de analfabetismo. Pode-se citar, por exemplo, que para a população da faixa etária de 50 anos ou mais o índice de analfabetismo é maior do que 40% em quase todos os estados amazônicos e na maioria das regiões, independentemente do ano, podendo atingir até 70% da população — como foi o caso do Estado do Maranhão no ano de 1980.⁴

Entre 1980 e 1991, pôde-se observar declínios expressivos nos níveis de analfabetismo da maioria dos estados e em todas as regiões. Observou-se ainda que tais declínios foram maiores para as faixas etárias que compreendem as populações mais jovens do que para as mais velhas, fato que pode ser explicado, em grande medida, pelas políticas educacionais de universalização do ensino fundamental. Por último, pode-se afirmar que em ambos os anos analisados a taxa de analfabetismo do indicador Amazônia Legal foi relativamente maior que a do indicador Outras Regiões, fato que contribuiu para um aumento da taxa de analfabetismo nacional.

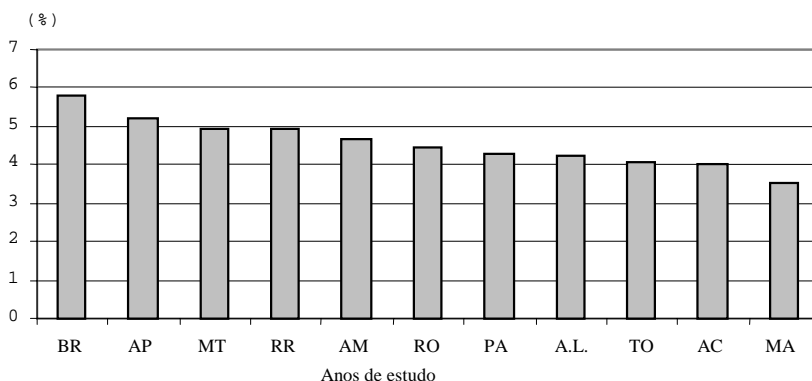
⁴ Ver Tabela A.3 do Anexo.

2.2 MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO

A média de anos de estudo é um indicador da quantidade de anos que determinada população permaneceu no sistema de ensino. A classificação de anos de estudo foi obtida através da última série concluída com aprovação, do grau regular mais elevado para aqueles que estavam ou haviam freqüentado escola. A cada série concluída atribui-se um ano de estudo. Neste trabalho, calculou-se a média de anos de estudo para a população acima de 10 anos por ser este o indicador tradicional, isto porque se supõe que a população desta faixa esteja freqüentando — ou já freqüentou — o ensino fundamental e o médio.

O Gráfico 2 mostra que em 1996 a escolaridade da população de 10 anos ou mais apresentou-se bastante baixa e desigualmente distribuída entre os diversos estados amazônicos. A média de anos de estudo para o indicador Amazônia Legal, considerando tal faixa etária, foi de apenas 4,2 anos, valor esse bastante inferior à média brasileira, que girava em torno de 6 anos em 1996.

GRÁFICO 2
Média de Anos de Estudo para a População de 10 Anos ou mais —
1996

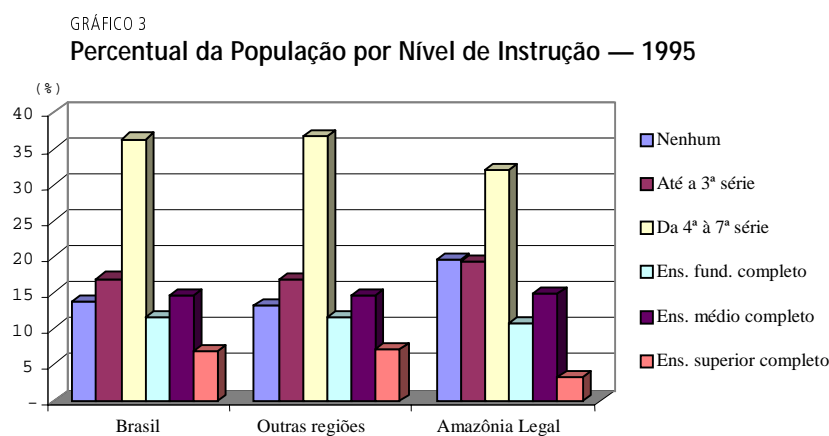


2.3 PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO

Este índice permite avaliar a situação educacional da população durante determinado ano. Esse indicador pode ser calculado por faixa etária e estado, e detalhado por nível de instrução — ensino fundamental, ensino médio e ensino superior. Calculou-se esse indicador para a população acima de 24 anos e abaixo de 64 anos, porque essa faixa é a que, teoricamente, deveria englobar aqueles que já teriam terminado os estudos superiores.

A Tabela A.4 do Anexo mostra o percentual da população por nível de instrução segundo grupos etários, para os anos de 1995 e 1997. Analisando-se o ano de 1995, percebe-se, através do Gráfico 3, que o percentual da população que não tinha nenhuma instrução era bem maior na Amazônia Legal (19,6%) do que no indicador Outras Regiões (13,2%). Igualmente, o percentual da população que cursou até a 3ª série do ensino fundamental também era maior para os estados amazônicos, apesar de a diferença em relação ao indicador Outras Regiões cair um pouco (19,2% e

16,7%, respectivamente). No entanto, a população com nível de instrução entre a 4ª e a 7ª série era maior em Outras Regiões (36,7%) do que na Amazônia Legal (31,9%).



Observa-se, nesse mesmo ano, que o percentual populacional com o ensino fundamental completo cai drasticamente quando comparado ao percentual da população com ensino fundamental incompleto, tanto para o indicador Outras Regiões (11,6%), quanto para o indicador da Amazônia Legal (10,9%) — e, conseqüentemente, para o Brasil também (11,5%).

Por outro lado, pôde-se observar uma melhora nos percentuais referentes à população que tinha o ensino médio completo, ficando, inclusive, a Amazônia Legal com percentual maior do que o indicador Outras Regiões (15% e 14,7%, respectivamente). Contudo, os percentuais voltaram a cair ao se referirem ao ensino superior. Neste nível de ensino o indicador Outras Regiões obteve um percentual bem maior que o do indicador Amazônia Legal, embora ambos tenham obtido percentuais modestos (7,1% e 3,4%, respectivamente).

Em relação aos percentuais nacionais, observa-se que os mesmos seguiram o padrão de comportamento de seus indicadores, isto é, grande parte do total do percentual concentra-se nos níveis mais baixos de instrução, refletindo o baixo grau de escolaridade da população brasileira (67% da população brasileira não tinha o ensino fundamental completo em 1995). Os percentuais nacionais eram crescentes até a população com nível de instrução entre a 4ª e a 7ª série (13,8% para nenhuma instrução, 17% para a população com instrução até a 3ª série e 36,3% da população entre a 5ª e a 7ª série), caindo para o ensino fundamental completo (11,5%), voltando a subir para o ensino médio completo (14,7%) e tornando a decair para o ensino superior (6,8%).

Ainda para 1995, pôde-se tirar algumas conclusões acerca dos percentuais obtidos pelos estados amazônicos para os diferentes níveis de instrução. Para a parte da população com nenhum nível de instrução, verifica-se que os estados que detiveram os maiores percentuais foram Maranhão (30,1%) e Tocantins (20,5%), enquanto os que detiveram os menores percentuais foram Rondônia (12,1%) e Pará

(11,4%). Nota-se, pois, uma grande disparidade nos percentuais, que chega a 18,8 p.p. entre o Maranhão e o Pará.

Para a população com nível de instrução até a 3ª série do ensino fundamental, Pará (22,4%) e Maranhão (22,3%) concentraram os maiores percentuais, enquanto Amazonas (14,1%) e Acre (13,5%) obtiveram os menores. A diferença entre os dois extremos — Pará e Acre — cai um pouco em relação ao percentual da população com nenhuma instrução (ficando em 9 p.p.).

Por sua vez, os estados que obtiveram os maiores percentuais para a população com nível de instrução entre a 4ª e a 7ª série do ensino fundamental foram Mato Grosso (39,8%) e Rondônia (36,6%), enquanto Amapá (27,3%) e Maranhão (26,1%) obtiveram os menores. Com isso, a diferença entre os extremos — Mato Grosso e Maranhão — aumentou em relação ao nível de instrução anterior (diferença igual a 13,7 p.p.).

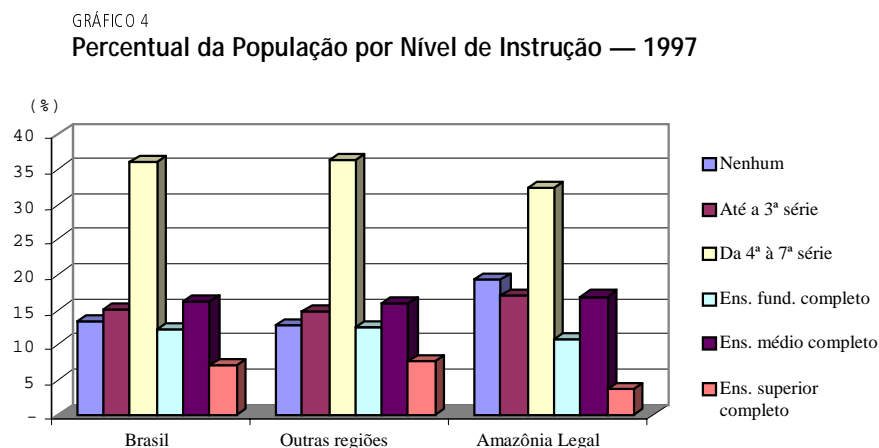
Para o ensino fundamental completo, os Estados do Amazonas e do Amapá detiveram os maiores percentuais (15,1% e 14,8%, respectivamente), enquanto Maranhão (7,4%) e Tocantins (8,9%), os menores — diferença entre os extremos ficando em 7,7 p.p. Já em relação à população com o ensino médio completo, Amazonas (23,3%) e Acre (21,4%) ficaram com os maiores percentuais, enquanto Tocantins (10,7%) e Mato Grosso (12,3%), com os menores. Por fim, para o superior completo, Acre (7,6%) e Rondônia (5,6%) detiveram os maiores percentuais, enquanto Maranhão (1,5%) e Tocantins (1,8%), os menores.

As mesmas conclusões gerais tiradas para o Brasil no ano de 1995 podem ser inferidas para os estados amazônicos, ou seja, os percentuais tenderam a subir até o nível de escolaridade entre a 5ª e a 7ª série, caindo para o ensino fundamental completo, subindo para o ensino médio completo e tornando a cair para o ensino superior. Ademais, também era grande o percentual da população para os níveis mais baixos de escolaridade. Entre os estados que apresentaram os maiores percentuais acumulados — aqueles que não tinham nenhuma escolaridade e os que não terminaram o ensino fundamental — pode-se citar Maranhão (78,6%), Tocantins (78,5%) e Mato Grosso (71,2%). Entre os que estavam melhores, isto é, que apresentavam percentuais acumulados menores, citam-se Amazonas (57,7%), Acre (58,7%) e Amapá (63%).

Analisando-se o ano de 1997 através do Gráfico 4, nota-se a mesma tendência verificada em 1995 para os indicadores regionais, ou seja, o indicador Amazônia Legal apresentou percentuais maiores para os níveis mais baixos — nenhuma instrução (19,3%) e até a 3ª série do fundamental (17%) — e percentual maior para o ensino médio (16,9%). Por sua vez, o indicador Outras Regiões obteve percentuais maiores para os níveis mais elevados de instrução — ensino fundamental completo (12,4%) e ensino superior (7,6%).

No entanto, observa-se uma tendência de melhoria no grau de instrução da população devido a quedas nos percentuais dos níveis mais baixos e aumentos nos mais altos, apesar de modestas tais variações. Destaca-se para a Amazônia Legal uma queda de 2,2 p.p. para a população cujo grau de instrução era até a 3ª série do ensino fundamental (17%) e um aumento de 1,9 p.p. no percentual do ensino médio

completo (16,9%). Para Outras Regiões destaca-se uma queda de 1,9 p.p. também para a população com nível de instrução até a 3ª série do ensino fundamental (14,8%) e um aumento de 1,3 p.p. também para o ensino médio (16%). Os percentuais do ensino superior subiram, mas bem menos (0,2 p.p. para Amazônia Legal e 0,4 p.p. para Outras Regiões).



Tais alterações nos indicadores regionais também modificaram os percentuais do indicador nacional, que aumentou/decreceu de acordo com o aumento/decrécimo dos mesmos. Portanto, destaca-se uma queda de 1,9 p.p. para o percentual cuja instrução era até a 3ª série do ensino fundamental (15%) e um aumento de 1,3 p.p. também para o ensino médio (16,1%). Além disso, observou-se uma tendência de queda nos percentuais acumulados para os níveis baixos de instrução no indicador brasileiro, justamente devido a alterações nos indicadores regionais. Para a Amazônia Legal, de 1995 a 1997 verificou-se uma queda de 70,7% para 68,7% nos percentuais acumulados da população sem nível de instrução até aquela sem o ensino fundamental completo, apesar de tal decaimento não ter sido suficiente para baixar a elevada taxa que persistiu. Para Outras Regiões e para o Brasil, as quedas foram, respectivamente, de 66,6% para 64% e de 67% para 64,4%.

Em relação aos estados que compõem a Amazônia Legal no ano de 1997, mais uma vez o Estado do Maranhão obteve o maior percentual da população sem nenhuma instrução (29,4%), seguido pelo Acre (22,3%). Os estados que obtiveram os menores percentuais foram Amapá (11,2%) e Rondônia (11,9%). Comparando-se com 1995, nota-se um comportamento distinto dos percentuais desses estados. Apesar de o Maranhão ter obtido o maior percentual, sua taxa decaiu 0,8 p.p. em 1997; enquanto o percentual do Acre subiu elevados 7,9 p.p. O Amapá, por sua vez, sofreu um decréscimo de 8,3 p.p., o que lhe fez ficar com a menor taxa, enquanto Rondônia decaiu 0,2 p.p.

Para o grau de instrução até a 3ª série do ensino fundamental, o Estado de Tocantins, ao elevar sua taxa em 0,8 p.p. de 1995 para 1997, apresentou o maior percentual entre os estados amazônicos (22,5%). O segundo maior percentual foi do Maranhão (19,8%), apesar de o mesmo ter sua taxa decrescida em 2,5 p.p. no mesmo período. Novamente, os estados que obtiveram os menores percentuais foram Acre

(6,2%), que apresentou uma queda considerável de 7,3 p.p., e Roraima (8,2%), que obteve o maior decréscimo percentual para este nível de instrução (em torno de 12 p.p.).

Analisando-se 1997 para o grau de instrução de 5^a a 7^a série do ensino fundamental, verificou-se que não houve variações muito significativas nos percentuais em relação a 1995. Observou-se que Mato Grosso (39,4%) e Tocantins (36,4%) apresentaram os maiores percentuais para tal nível. Os estados que apresentaram os menores percentuais foram Roraima (24,2%) e Acre (26,1%), cujos decréscimos foram os maiores, na ordem de 6,3 p.p. e 4,6 p.p., respectivamente.

Para o ensino fundamental completo, novamente verificaram-se pequenas variações nos percentuais dos estados analisados, com exceção para Roraima (25,4%), cujo acréscimo de 11,8 p.p. propiciou-lhe o maior percentual entre os estados. A segunda maior taxa foi do Amazonas (14,9%), enquanto os estados que apresentaram os menores percentuais foram Maranhão (6,9%) e Tocantins (8,2%).

No ensino médio completo, por sua vez, embora não tenha havido quase nenhuma permutação relativa entre os estados, todos obtiveram acréscimos percentuais no ano de 1997. Novamente, entre os maiores percentuais ficaram Amazonas (25,3%) e Acre (24,9%), cujos acréscimos foram de, respectivamente, 2 p.p. e 3,5 p.p. Entre os estados que apresentaram os menores percentuais estavam Tocantins (10,9%) e Maranhão (13,9%), apesar dos respectivos acréscimos de 0,2 p.p. e 1,4 p.p.

Por fim, para o ensino superior, seguindo a tendência do ensino médio, quase todos os estados obtiveram acréscimos — apesar de modestos — em seus percentuais, com exceção do Acre e Amazonas, cujos decréscimos foram, respectivamente, 0,4 p.p. e 0,2 p.p. Os estados que obtiveram os maiores percentuais foram Acre (7,2%) e Amapá (6%). Os que apresentaram os menores foram Maranhão (1,7%) e Tocantins (2,7%).

Pode-se concluir, pois, que os estados amazônicos estão seguindo a tendência nacional de melhoria no grau de instrução, mas a uma velocidade menor do que aquela apresentada pelas demais regiões — os percentuais mudam mais lentamente. Ademais, a velocidade de melhoria do indicador não é homogênea nem entre os próprios estados que compõem a Amazônia Legal. Por fim, nota-se que também não há uma igualdade absoluta quanto ao sentido da variação, isto é, enquanto as taxas de alguns estados aumentam as de outros diminuem.

3 ATENDIMENTO E ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

A análise do atendimento e da escolarização da população que se encontra nos estados da Amazônia Legal será realizada a partir de três indicadores selecionados: taxa de atendimento e taxa de escolarização bruta e líquida e para os níveis de ensino fundamental e médio.

Os indicadores aqui desenvolvidos reportam-se ao atendimento pelo sistema educacional da população retratada na PNAD realizada em 1998, pelo IBGE, e nas matrículas que são retratadas no Censo Educacional, realizado anualmente pelo MEC.

3.1 TAXA DE ATENDIMENTO ESCOLAR

Embora a taxa de atendimento seja algumas vezes confundida com a taxa de escolarização líquida, é calculada diferentemente. Enquanto essa é calculada pela razão entre a oferta de matrículas total de um dado nível de ensino e a população cuja faixa etária é própria àquele nível de ensino, a taxa de atendimento é a razão entre a oferta de matrículas daqueles que estão na faixa etária *i*, em todos os níveis de ensino, e a população total dessa mesma faixa etária.

A Tabela 2 mostra a taxa de atendimento referente ao montante de jovens (entre 7 e 17 anos) que se encontravam em idade escolar, para o ano de 1998. Nota-se que em todos os estados, assim como na média nacional, a taxa de atendimento era menor entre aqueles que se situavam na faixa de 15 a 17 anos, do que naqueles situados entre 7 e 14 anos.

TABELA 2

Taxa de Escolarização Bruta e Líquida e Taxa de Atendimento, segundo UF e Regiões — 1998

UF	Taxa de escolarização				Taxa de atendimento	
	Ensino fundamental		Ensino médio		7 a 14 anos	15 a 17 anos
	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida		
Brasil	128,1	95,3	68,1	30,8	95,8	81,1
Outras regiões	138,6	95,0	76,4	37,1	96,5	82,7
Amazônia Legal	138,7	90,3	46,3	17,3	94,0	74,2
Roraima	126,9	90,5	46,7	19,5	92,9	64,7
Acre	138,6	89,8	55,9	18,3	92,6	73,2
Amazonas	127,7	88,1	52,3	14,9	93,7	73,4
Roraima	133,6	92,6	84,2	25,1	96,8	66,4
Pará	130,9	91,5	46,1	12,9	95,3	71,0
Amapá	141,3	91,3	88,7	22,8	93,4	69,0
Tocantins	165,6	92,7	71,3	16,6	96,4	81,1
Maranhão	148,5	88,0	46,9	17,0	92,2	78,1
Mato Grosso	135,4	93,7	57,4	26,5	95,5	77,3
Nordeste	148,0	90,9	48,1	15,2	93,8	74,0
Sudeste	135,5	97,5	86,2	43,9	98,0	87,5
Sul	124,0	96,5	80,2	44,8	97,5	84,3
Centro-Oeste	142,4	96,0	78,3	33,4	97,1	86,2

Fonte: MEC/Inep/Sec.

Verifica-se que os percentuais referentes às taxas estaduais dos jovens na faixa entre 7 e 14 anos que residem na Amazônia Legal eram próximos da média brasileira (95,8%), apesar de a maioria apresentar taxas de atendimento menores do que a mesma (somente Roraima e Tocantins obtiveram taxas de atendimento superiores à brasileira). Já na faixa de idade entre 15 e 17 anos, as taxas de atendimento

apresentavam maior disparidade quando comparadas à média nacional (81,1%). Apenas Tocantins apresentou média igual à brasileira. Rondônia, por sua vez, apresentou o pior resultado (64,7%).

As taxas de atendimento do indicador Outras Regiões apresentaram-se maiores do que as nacionais tanto na faixa etária de 15 a 17 anos, quanto na de 7 a 14 anos. Para a Amazônia Legal, as taxas se apresentaram abaixo da média nacional em ambos os casos, porém, com pequena discrepância para o atendimento da população na faixa etária de 7 a 14 anos (ficando com 94%, apenas 1,8 p.p. menor do que a brasileira), mas com maior disparidade no atendimento da faixa etária de 15 a 17 anos (ficando com 74,2%, diferença de 6,9 p.p.).

3.2 TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA E LÍQUIDA DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

A taxa de escolarização líquida identifica a parcela da população na faixa etária i que está matriculada no nível de ensino j , adequado a esta faixa etária. A taxa de escolarização bruta identifica se a oferta de matrícula no nível de ensino j é suficiente para atender à população na faixa etária i , correspondente a este nível de ensino. Avalia o volume de matrículas no nível de ensino j em função da demanda potencial na faixa etária i .

A Tabela 2 mostra a taxa de escolarização bruta e líquida do ensino fundamental, para o ano de 1998. Para todas as UFs a taxa de escolarização bruta, neste nível de ensino, excede 100%, o que significa que a oferta de matrícula é mais que suficiente para atender à faixa etária-padrão para este nível de ensino. Nota-se que as taxas dos estados amazônicos eram maiores do que a média nacional, com exceção de Rondônia e Amazonas, que ficaram com as menores taxas brutas (126,9% e 127,7%, respectivamente), mais compatíveis com o ideal (100%). O pior estado analisado foi Tocantins, cuja taxa era elevadíssima (165,6%) quando comparada à média brasileira.

Apesar da relativa discrepância entre as taxas dos estados amazônicos, a taxa do indicador da região caiu bastante (a média ficou em 138,7% para o ensino fundamental), pois as taxas de escolarização bruta obtidas, na maioria, eram relativamente próximas à da União. Com isso, a diferença entre as taxas dos indicadores regionais ficou em apenas 0,1 p.p.

A taxa de escolarização líquida do ensino fundamental quantifica o percentual da população que está no nível de escolarização adequado dada a faixa etária em que está situada. Nota-se que, neste nível de ensino, para o ano de 1998, a média brasileira (95,3%) era bem melhor quando comparada aos estados da Amazônia Legal. Entre os estados com a melhor taxa líquida estavam Mato Grosso, Tocantins e Roraima (93,7%, 92,7% e 92,6%, respectivamente). Entre aqueles com as piores taxas de escolarização estavam Maranhão, Amazonas e Acre (88%, 88,1% e 89,8%, respectivamente).

Chama-se a atenção para o Estado de Tocantins, que detinha a pior taxa de escolarização bruta do ensino fundamental da região amazônica, mas, referindo-se à taxa líquida, deteve a segunda melhor taxa na região, só perdendo para Mato Grosso.

A interpretação para isso é que tal estado detinha a maior taxa bruta, isto é, era grande o percentual da população que estava matriculada no ensino fundamental, com idade inadequada para tal, mas, por outro lado, também era grande o percentual da população matriculada com idade compatível a este ensino (por isso a taxa líquida era alta também).

A diferença entre a melhor (Mato Grosso) e a pior (Maranhão) taxa de escolarização líquida ficou em torno de 5,7 p.p. no ano de 1998. Quanto ao indicador Amazônia Legal, apesar de ter obtido um bom índice de escolarização líquida (90,3%), devido ao fato de vários dos estados que compõem a região também terem apresentado taxas razoáveis, ficou 5 p.p. abaixo da taxa encontrada para o Brasil. Já a diferença em relação ao indicador Outras Regiões, que obteve média de 95%, ficou em 4,7 p.p.

Quando se analisam as taxas de escolarização bruta e líquida do ensino médio, observa-se que ambas caem significativamente quando comparadas ao ensino fundamental (a taxa líquida brasileira ficou em 30,8% para o ensino médio, enquanto no ensino fundamental ficou em 95,3%). Isso ocorre devido a uma demanda populacional menor por este nível de ensino, levando, conseqüentemente, a uma menor oferta também para esse nível. Analisando-se primeiramente a taxa de escolarização bruta para este ensino, conclui-se que três estados amazônicos detinham melhores percentuais do que a média nacional (Amapá, com 88,7%, Roraima, com 84,2%, e Tocantins, com 71,3%). Entre os que amargaram as piores taxas citam-se Pará (46,1%), Rondônia (46,7%) e Maranhão (46,9%).

Devido a uma discrepância maior entre as taxas de escolarização bruta do ensino médio do que aquela que havia ocorrido no ensino fundamental (diferença chegando a 42,6 p.p. entre a maior e a menor taxa dos estados amazônicos), e ao fato de que vários dos estados da região obtiveram taxas relativamente pequenas, a taxa do indicador Amazônia Legal (46,3%) atingiu índices menores do que a média nacional (68,1%) e muito menores do que a taxa do indicador Outras Regiões, que havia atingido 76,4% (diferença de 30,1 p.p.). Pode-se dizer, portanto, que o baixo índice de escolarização bruta do ensino médio da Amazônia Legal empurrou para baixo o índice bruto nacional.

Analisando a taxa de escolarização líquida para o ensino médio, verifica-se que o percentual da população com faixa etária própria para esse nível de ensino era ainda menor. Os estados com melhores taxas líquidas relativas foram Mato Grosso (26,5%), Roraima (25,1%) e Amapá (22,8%). O estado que apresentou a pior taxa líquida foi Pará (12,9%), seguido de Amazonas (14,9%) e Tocantins (16,6%). Comparando-se a passagem da taxa bruta com a líquida do ensino médio para os estados amazônicos, alguns estados permutaram ora para melhor, isto é, maior foi o número de pessoas cuja faixa etária condizia propriamente com o nível de ensino (entre eles Rondônia e Mato Grosso), ora para pior (entre eles Amazonas e Tocantins).

O indicador Amazônia Legal apresentou taxa de escolarização líquida para o ensino médio igual a 17,3% no ano de 1998, muito abaixo da média brasileira (30,8%) e, mais ainda, da taxa do indicador Outras Regiões (37,1%). Apesar da alta

discrepância entre os índices dos indicadores (que chega a 19,8 p.p.), ambas as taxas estavam longe do nível ideal.

4 PRODUTIVIDADE/RENDIMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL

Nesta parte, busca-se apresentar o que é atualmente o maior item de preocupações e discussão por todos aqueles que estão envolvidos na questão educacional. Nesse caso, se estará apresentando indicadores tradicionais dos resultados que refletem em grande medida a qualidade de educação que os alunos encontram nas escolas, sendo eles: taxa de aprovação; taxa de reprovação; taxa de abandono; e taxa de distorção da idade/série.

Os indicadores utilizados reportam-se às resultantes do sistema educacional oferecidas à população da região e possível de ser captada pelo Censo Educacional realizado pelo MEC. Limitam-se à análise aos anos de 1996 e 1997, devido ao fato de os dados necessários para o cálculo dos indicadores em outros anos ainda não estarem disponíveis. Por exemplo, os dados do censo educacional de 2000 ainda não foram disponibilizados.

4.1 TAXA DE APROVAÇÃO POR NÍVEL DE ENSINO

Essa taxa permite avaliar a produtividade/rendimento do sistema educacional em cada série e nível de ensino. Obviamente, esse indicador não consegue captar a qualidade da educação que está sendo oferecida. No entanto, esse indicador pode ser considerado como a taxa de sucesso que o sistema obteve durante o ano. Pode-se calcular a taxa média de aprovação por nível de ensino ou para um conjunto de séries.

A Tabela A.5 do Anexo apresenta as taxas de aprovação para o ensino fundamental por série nos anos de 1996 e 1997, para os estados da Amazônia Legal, Brasil e Outras Regiões. No ano de 1996, pôde-se perceber que para a maioria dos estados amazônicos essa taxa permaneceu abaixo da média nacional (que era de 73,2%). Houve ainda alguns estados cujas taxas se apresentaram muito abaixo daquela — entre eles Pará, Tocantins, Amazonas e Acre, cujas taxas foram as menores, respectivamente. Como caso extremo, pode-se citar o Pará, cuja taxa de aprovação (de apenas 58,6%) apresentou-se 14,9 p.p. menor do que a média brasileira naquele ano.

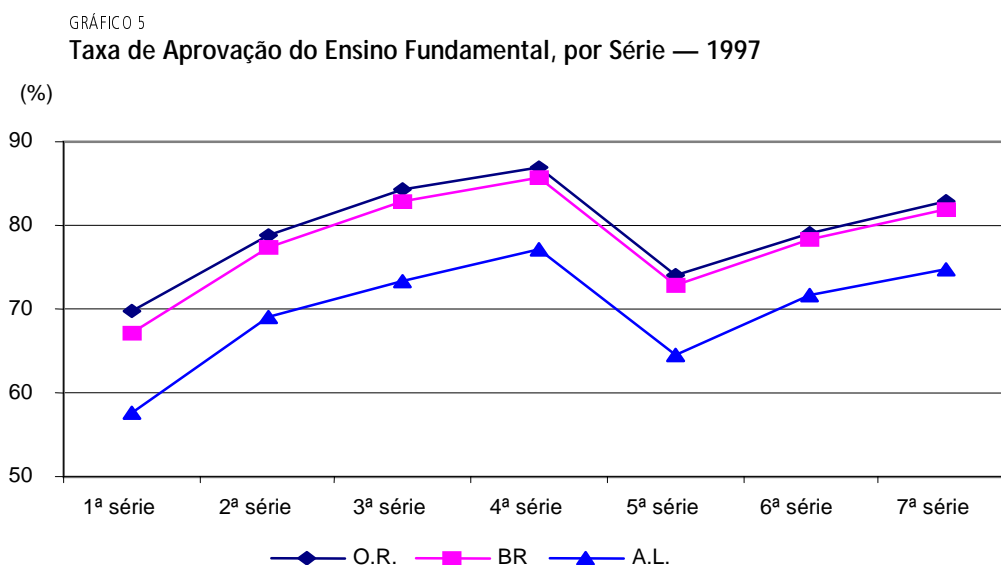
Por outro lado, tem-se o exemplo de Roraima, cuja taxa (75,3%) foi a maior não só entre os estados da região amazônica, mas também maior do que a taxa nacional e de Outras Regiões. Os estados que apresentaram bons índices de aprovação quando comparados entre si foram Rondônia e Mato Grosso, cujas taxas também atingiram o patamar de 70% (71% e 70,9%, respectivamente).

Faz-se necessário mencionar ainda a taxa de Outras Regiões cuja média ponderada (74,8%) só perdeu, em particular, para o Estado de Roraima. Por outro lado, a taxa de aprovação do indicador Amazônia Legal apresentou-se extremamente baixa (64,7%), pois, apesar dos bons índices de aprovação dos Estados de Roraima, Rondônia e Mato Grosso, os demais estados amazônicos também apresentaram taxas relativamente pequenas. Assim, a baixa aprovação nos estados da Amazônia Legal fez

com que houvesse uma redução na taxa de aprovação nacional no ensino fundamental.

Na mudança de 1996 para 1997, observou-se que a taxa de aprovação do ensino fundamental aumentou para a grande maioria dos estados e indicadores. Porém, relativamente, pouca coisa mudou. O Estado de Roraima obteve boa taxa (78,5%), mas já não superava o indicador Outras Regiões e a média brasileira. A permutação no *ranking* entre estados variou pouco, com exceção do Acre que foi o único onde a taxa caiu em 1997 (de 66,1% para 64,8%).

O Gráfico 5 mostra a taxa de aprovação de cada série do ensino fundamental no ano de 1997. Observa-se que a 1ª e a 5ª séries do ensino fundamental foram aquelas que apresentaram as menores taxas de aprovação dentre as séries desse nível de ensino. Da 1ª à 4ª série, observou-se um acríve na curva do gráfico, enquanto na passagem da 4ª à 5ª, observou-se um declíve seguido de novo acríve. Apesar de ter apresentado a mesma tendência quanto aos acríves/declíves, a média dos estados amazônicos, representados por seu indicador, obteve índice de aprovação menor tanto no nível nacional, quanto no de Outras Regiões. Observa-se que, assim como em 1996, a 1ª e a 5ª séries foram aquelas onde houve queda na taxa de aprovação. Entretanto, houve uma sensível melhora na média de aprovação da 5ª série.



Ainda no que diz respeito à perspectiva regional, ambas as taxas cresceram em 1997, mas com amplitudes diferentes. Novamente, o indicador Outras Regiões obteve aprovação superior à do indicador Amazônia Legal (crescimento de 4,5 p.p. ante um aumento de 3,3 p.p. da Amazônia Legal). O crescimento de ambas as taxas contribuiu para uma melhoria na taxa nacional de aprovação, cujo crescimento percentual (de 4,2%) só perdeu para o de Outras Regiões.

A taxa de aprovação geral do ensino médio, também nos anos de 1996 e 1997, é apresentada na Tabela A.6. Em 1996, o Estado do Maranhão obteve o maior índice de aprovação (73,8%) quando comparado aos demais estados da Amazônia Legal e

aos indicadores desta região e Outras Regiões. Outros estados que apresentaram taxas de aprovação acima de 70% foram Amazonas e Acre (72,8% e 71,1%, respectivamente). Os demais estados amazônicos não apresentaram taxas muito altas, principalmente Pará e Amapá, que amargaram os piores índices (64,1% e 62,5%, respectivamente).

Ainda em 1996, pôde-se notar que o indicador Outras Regiões, assim como no ensino fundamental, mais uma vez apresentou ótimas taxas quando comparadas às dos demais (73,7%). Apesar de a maioria dos estados da região amazônica apresentar taxas relativamente baixas, as ótimas taxas do Maranhão, Amazonas e Acre contribuíram para que o índice de aprovação desse indicador aumentasse um pouco, obtendo a quinta maior taxa de aprovação entre aqueles estados, indicadores regionais e Brasil (68,3%). Mais uma vez, o disparate entre as taxas dos indicadores regionais fez cair a taxa de aprovação brasileira do ensino médio (73,2%), mas a um percentual relativamente pequeno quando comparado ao de Outras Regiões (diferença de 0,5%).

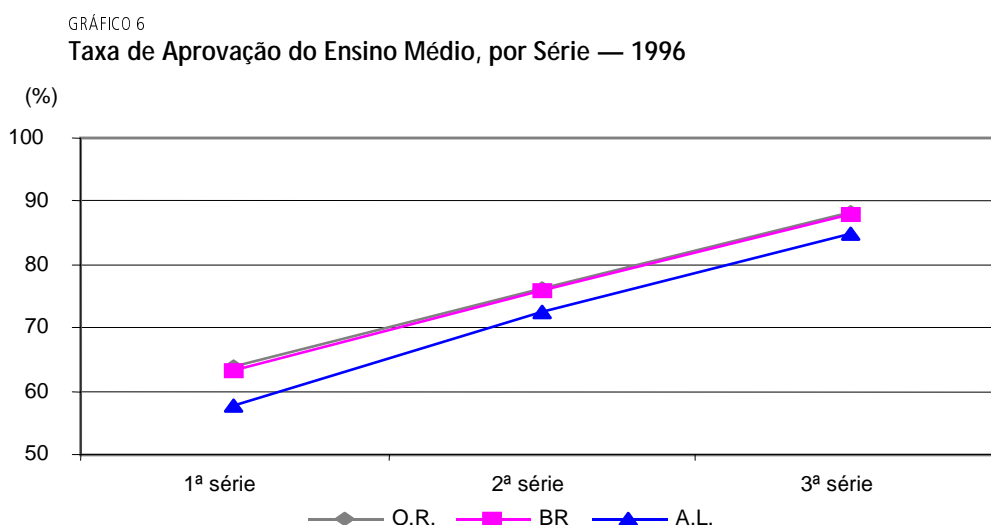
No ano de 1997, seguindo a tendência natural, a maioria dos estados amazônicos obteve aumento na taxa de aprovação do ensino médio, com exceção do Acre e Pará, que sofreram quedas de 0,4 p.p. e 1,8 p.p., respectivamente. Entre os estados que sofreram os maiores aumentos nos índices estavam, em ordem decrescente, Amapá (de 62,5% para 71,9%), Mato Grosso (de 66,1% para 73,4%), Roraima (de 64,9% para 69,9%) e Rondônia (de 65,8% para 69,1%). Devido a tais aumentos, a posição relativa entre os estados mudou, principalmente no Amapá, que saiu da pior taxa em 1996 para a sexta melhor (levando em consideração também os indicadores regionais e União), e o Mato Grosso, que saiu da oitava posição para a quinta melhor taxa.

No que se refere aos aspectos regionais, ambas as taxas aumentaram, mas, no entanto, o crescimento do indicador Outras Regiões (que atingiu 79,4% de aprovação, um aumento de 5,7 p.p.) foi extremamente superior ao da Amazônia Legal (cujo crescimento foi de apenas 1,6 p.p., atingindo 69,9%). Apesar de uma diferença de aproximadamente 9,5 p.p. entre as taxas dos indicadores, a média nacional, em 1997, só perdeu para a taxa do indicador Outras Regiões, e não se apresentou tão mais baixa do que esta (diferença de aproximadamente 0,9 p.p.).

A taxa de aprovação por série do ensino médio no ano de 1996 é apresentada no Gráfico 6. Percebe-se nitidamente do gráfico que, à medida que se avança nas séries que compõem esse nível de ensino, a taxa de aprovação aumenta consideravelmente, ficando, portanto, a 1ª série do 2º grau como o grande vale dessa taxa (pode-se notar através do gráfico que as curvas que representam as séries estão dispostas em ordem percentual crescente à medida que se avança de série, e as curvas do Brasil e de Outras Regiões estão praticamente sobrepostas, demonstrando quase uma equiparidade).

Nota-se novamente que os percentuais do indicador da Amazônia Legal foram piores que os de Outras Regiões. As taxas de aprovação nacional de cada série, à medida que se avança de grau, foram, respectivamente, iguais a 63,3%, 75,8% e 87,9%. Para o indicador Outras Regiões foram 64%, 76,2% e 88,2%, respectivamente; e para o indicador da Amazônia Legal iguais a 57,8%, 72,4% e 85,0%. Nota-se, através desses valores, que à medida que se passa de série, a

discrepância entre as taxas diminuiu. Por exemplo, a diferença entre os índices do indicador Amazônia Legal e Brasil foram de 5,5%, 3,4% e 2,9%, respectivamente para a 1ª, 2ª e 3ª séries do 2º grau.



Por último, os resultados apresentados na Tabela A.6 mostram que para a taxa de aprovação do ensino médio por série, em 1997, valem as conclusões a que se chegou para 1996, isto é, quanto mais se avança de série maior é o índice de aprovação e menor é a discrepância entre os percentuais dos indicadores. No entanto, comparando-se com 1996, observa-se que em ambos indicadores o índice de aprovação subiu para todas as séries que compõem o ensino médio, com exceção da taxa de aprovação da 3ª série da Amazônia Legal, que caiu de 85% para 84,3%.

Nota-se, ainda através dos valores da Tabela A.6, que o aumento da aprovação no transcorrer de um ano para o outro foi menor quanto mais se avançava de série. Como exemplo, para o indicador Outras Regiões os aumentos foram iguais a 7,8 p.p., 5,2 p.p. e 1,7 p.p., para a 1ª, 2ª e 3ª séries, respectivamente; enquanto para a Amazônia Legal os aumentos foram da ordem de 2,7 p.p., 1 p.p. e decaiu 0,7 p.p., respectivamente. Apesar disso, a diferença em pontos percentuais entre os índices desses indicadores caiu quanto mais elevada a série (11,3 p.p., 8 p.p. e 5,6 p.p., respectivamente).

4.2 TAXA DE REPROVAÇÃO POR NÍVEL DE ENSINO

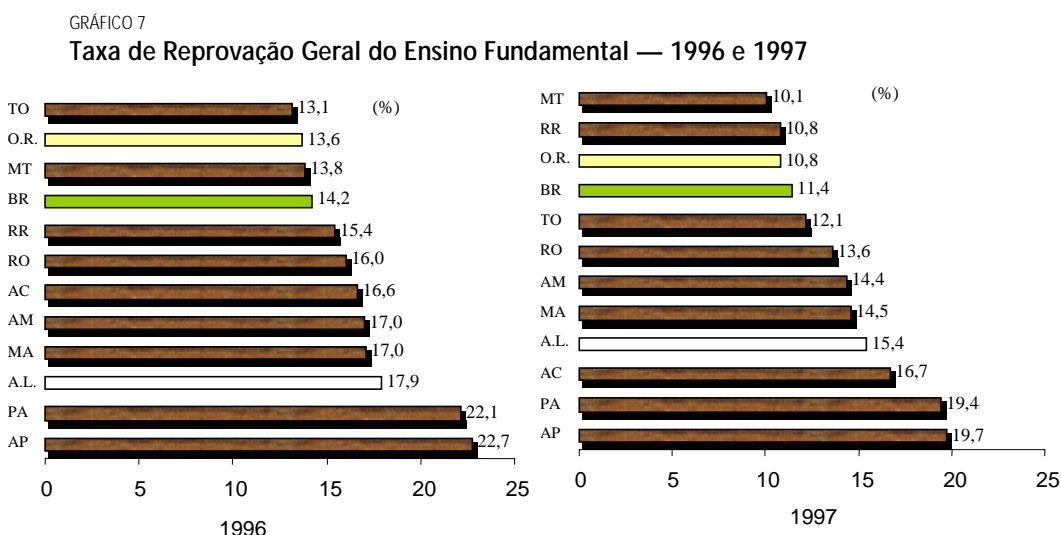
Essa taxa permite avaliar a perda por reprovação do sistema educacional em cada série e nível de ensino. Pode-se calcular a taxa média de reprovação por nível de ensino ou para um conjunto de séries.

A Tabela A.7 mostra a taxa de reprovação geral do ensino fundamental nos anos de 1996 e 1997. Observa-se nos dois anos analisados que o percentual relativo à reprovação da grande maioria dos estados da região amazônica foi maior que o da média nacional. No ano de 1996, os únicos estados cujas taxas foram menores que a média brasileira foram Tocantins (13,1%) e Mato Grosso (13,8%). Outros estados

que obtiveram taxas relativamente baixas foram Roraima e Rondônia (15,4% e 16%, respectivamente). Entre os estados amazônicos que apresentaram os mais altos índices de reprovação estavam, em ordem decrescente, Amapá (22,7%), Pará (22,1%) e, empatados com aproximadamente 17%, Amazonas e Maranhão.

Dada a alta diferença entre os índices de reprovação dos estados da Amazônia Legal (diferença que chega a 9,6 p.p. entre Tocantins e Amapá), o indicador dessa região apresentou em 1996 taxa de reprovação do ensino fundamental relativamente alta (17,9%). A média do indicador Outras Regiões ficou em 13,6% e a média ponderada para o Brasil, em 14,2%. A diferença percentual nas taxas de reprovação entre os dois indicadores chegou a 4,3 p.p. e entre o indicador Amazônia Legal e Brasil chegou a 3,7 p.p., podendo-se verificar que também houve uma discrepância regional.

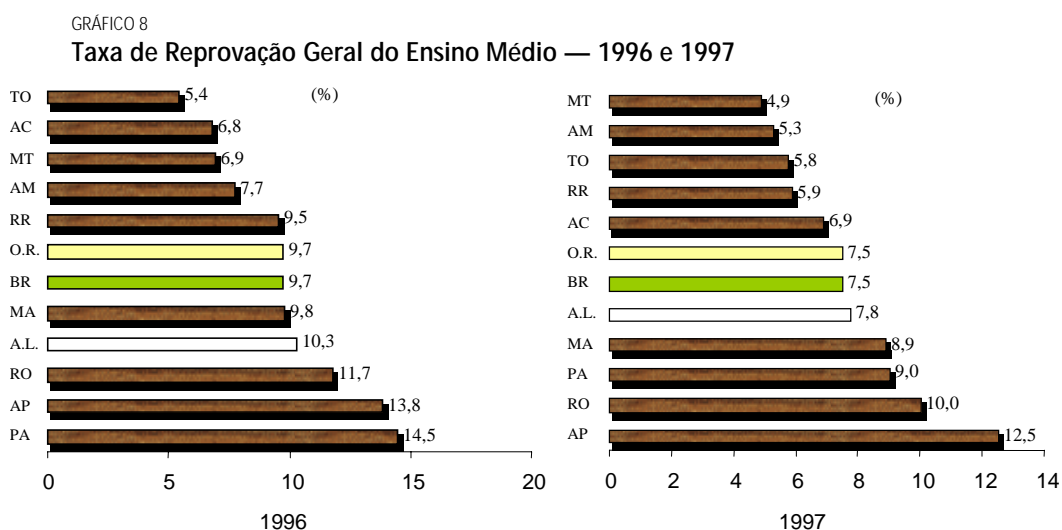
Na passagem de 1996 para 1997 (como pode ser observado no Gráfico 7), percebe-se que em todos os estados, exceto para o Acre, a taxa de reprovação caiu. Entre os estados que apresentaram melhor desempenho, isto é, cujas taxas de reprovação declinaram, estavam, em ordem decrescente, Roraima (cuja taxa declinou 4,6 p.p.), Mato Grosso (3,7 p.p.) e Amapá (3 p.p.). Por outro lado, Tocantins, que em 1996 apresentava a menor taxa de reprovação, apesar de a mesma ter-se reduzido em 1 p.p. no ano seguinte (indo para 12,1%), caiu cerca de quatro posições no *ranking* comparativo entre União, estados amazônicos e indicadores regionais. Já o Acre foi o único estado cujo índice de reprovação deste ensino aumentou em 1997 (ficando em 16,7%). Apesar do pequeno aumento percentual (0,1 p.p.), num quadro comparativo, este caiu de uma posição mediana para antepenúltimo na lista dos estados com piores taxas, perdendo apenas do Amapá e Pará (19,7% e 19,4%, respectivamente). Por outro lado, entre os estados amazônicos que apresentaram as menores taxas estavam Mato Grosso (10,1%) e Roraima (10,8%), os respectivos 2º e 3º lugares em 1996.



Em relação aos resultados dos indicadores Amazônia Legal (cuja taxa de reprovação chegou a 15,4%) e Outras Regiões (que ficou em 10,8%), novamente

foram responsáveis por um aumento no índice de reprovação nacional do ensino fundamental (que chegou a 11,4%). A diferença percentual entre os índices dos indicadores regionais foi maior em 1997 que em 1996, ficando em torno de 4,6 p.p. Apesar de na mudança de ano ter havido uma queda de 2,5 p.p. na taxa de reprovação do indicador Amazônia Legal, o aumento de 0,3 p.p. entre as taxas desse indicador e o de Outras Regiões foi justamente devido à queda mais acelerada de Outras Regiões no ano de 1997 (que sofreu queda na taxa de reprovação na ordem de 2,8 p.p., decréscimo este igual ao da média brasileira). A diferença entre a taxa nacional de reprovação e a do indicador Amazônia Legal ficou em 4 p.p., aumento também na ordem de 0,3 p.p.

As taxas de reprovação geral do ensino médio nos anos de 1996 e 1997 são apresentadas na Tabela A.8 do Anexo e no Gráfico 8. No primeiro ano de análise, diferentemente de quando se calculava essa taxa para o ensino fundamental, há um número razoável de estados cujas taxas de reprovação foram menores do que a média nacional (cujo índice chegou a 9,7%). Entre estes, estavam Tocantins (com a menor taxa, igual a 5,4%), Acre (6,8%), Mato Grosso (6,9%), Amazonas (7,7%) e Roraima (9,5%). Entre os estados amazônicos cujas taxas se apresentaram piores do que a média brasileira estavam Pará (14,5%), Amapá (13,8%) e Rondônia (11,7%).



Apesar de a maioria dos estados ter apresentado taxas menores que a do Brasil, o indicador Amazônia Legal apresentou índice de reprovação relativamente alto (10,3%), pois a discrepância de valores entre os estados que compõem a região foi extremamente alta. Por exemplo, entre o melhor (Tocantins) e o pior (Pará) estado da região amazônica a diferença chegou a 9,1 p.p.

Comparado com a taxa de Outras Regiões (9,7%), que foi exatamente igual à taxa nacional de reprovação, observamos uma diferença da ordem de 0,6 p.p.

Em 1997, observa-se que a taxa caiu para todos os estados amazônicos, exceto para o Acre (que teve um acréscimo de 0,1 p.p., chegando a 6,9%) e Tocantins (cujo acréscimo de 0,4 p.p. elevou a taxa para 5,8%). Entre os estados que sofreram maior

redução estavam Pará (na ordem de 5,6 p.p.), cuja nova taxa o fez sair da pior colocação no quadro comparativo entre estados, Roraima (queda de 3,6 p.p.) e Amazonas (queda de 2,4 p.p.). Os que apresentaram as menores taxas, em ordem crescente, foram Mato Grosso (cuja queda de 2 p.p. diminuiu a taxa para 4,9%), Amazonas (indo para 5,3% depois de decair 2,4 p.p.) e Tocantins (que apesar de a taxa de reprovação ter aumentado, ainda conseguiu uma média relativamente boa por ter sido o melhor estado em 1996). Entre os piores estavam Amapá e Rondônia, cujas respectivas quedas das taxas da ordem de 1,3 p.p. e 1,7 p.p. não influíram muito para tirá-los de uma posição incômoda já adquirida em 1996. Em relação ao Pará, estado que obteve o maior decaimento entre os estados amazônicos, como já mencionado, pôde-se observar que o mesmo persistiu ainda entre os estados que apresentaram as maiores taxas por ter tido a pior taxa em 1996 (antepenúltima posição em 1997, com taxa igual a 9%).

No que se refere à comparação entre indicadores regionais e Brasil no ano de 1997, observa-se a tendência natural que vem se desenvolvendo, ou seja, a de que o indicador Amazônia Legal (7,8%) obteve taxa de reprovação maior que a do indicador Outras Regiões e da média brasileira (cujas taxas foram exatamente iguais a 7,5%). Contudo, na passagem de um ano para o outro, observa-se um estreitamento na discrepância entre os valores das taxas. Em 1996, a diferença entre os indicadores chegou a 0,6 p.p. enquanto em 1997 a diferença caiu para 0,3 p.p. Desse fato, permite-se concluir que o decaimento ponderado na taxa de reprovação dos estados amazônicos foi maior do que a queda ponderada dos demais estados.

4.3 TAXA DE ABANDONO POR NÍVEL DE ENSINO

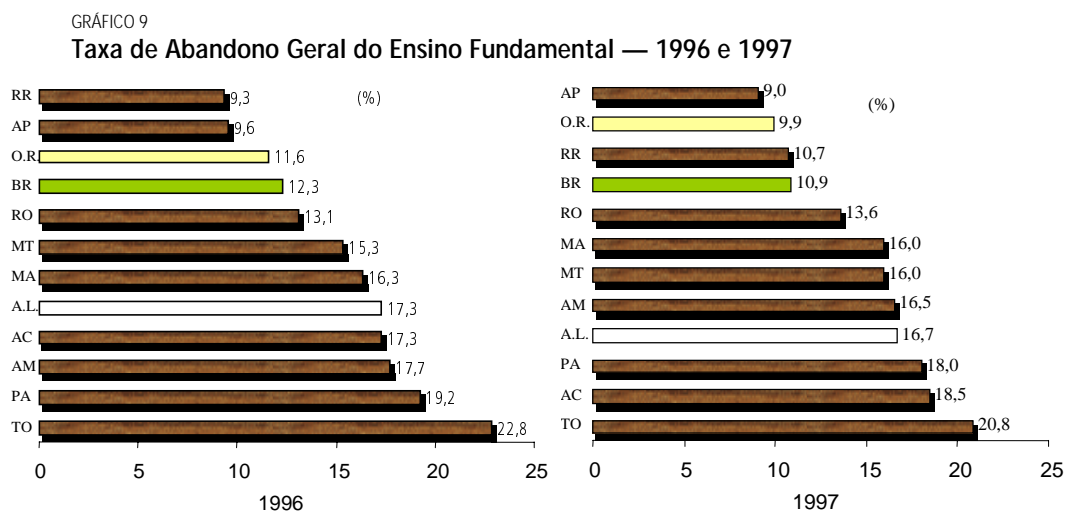
Esta taxa permite avaliar a perda por abandono do sistema educacional em cada série e nível de ensino durante o ano. Pode-se calcular a taxa média de abandono por nível de ensino ou para um conjunto de séries.

A Tabela A.9 do Anexo permite analisar a taxa de abandono geral do ensino fundamental em 1996 e 1997. Observando os dados para o ano de 1996, verifica-se que apenas dois estados amazônicos obtiveram taxas maiores do que a nacional, sendo eles Roraima (com a menor taxa, igual a 9,3%) e Amapá (9,6%). Houve um bloco intermediário de estados cujas taxas oscilaram entre 13% e 17%, ficando acima do índice do indicador Amazônia Legal (17,3%) e abaixo da média nacional — entre eles, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão e Acre. Os estados da região que obtiveram as piores taxas de abandono foram, em ordem crescente, Amazonas (17,7%), Pará (19,2%) e Tocantins (22,8%).

Ainda para 1996, verifica-se que o indicador Outras Regiões (cujo percentual foi 11,6%), obteve taxa menor do que a média brasileira (12,3%), enquanto o indicador Amazônia Legal obteve taxa consideravelmente maior que ambos (17,3%).

Do Gráfico 9, permite-se observar que de 1996 para 1997 houve tanto decréscimo quanto crescimento nas taxas de abandono geral do ensino fundamental nos estados amazônicos. Entre os que mais declinaram, estavam Tocantins (com queda percentual de 2 p.p., indo para 20,8%), Amazonas (queda de 1,2 p.p., ficando com 16,5%) e Pará (queda de 1,2 p.p., indo para 18%). Curiosamente, esses três estados, que sofreram as maiores quedas na taxa de

abandono, haviam, num quadro comparativo, obtido as piores médias em 1996. Portanto, apesar da queda percentual, suas taxas continuaram relativamente altas, amargando, assim, as piores posições também em 1997.



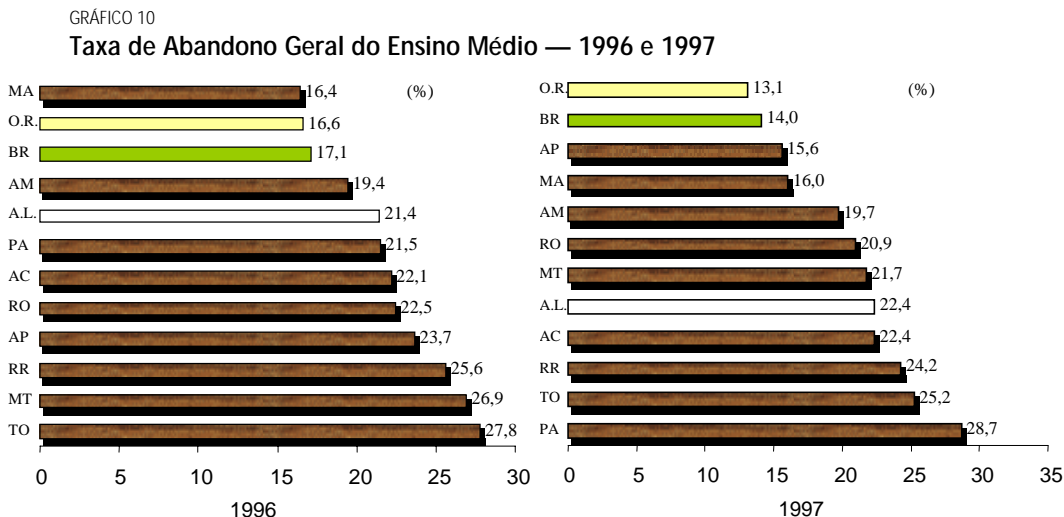
Dentre aqueles estados relativamente mal colocados, inclui-se também o Estado do Acre, que com um aumento de 1,2 p.p., chegando a 18,5% na taxa de abandono do ensino fundamental, saiu de uma posição relativamente ruim em 1996, para uma pior ainda em 1997 (sua taxa só apresentou-se menor que a do Tocantins). Outros estados cujas taxas de abandono elevaram-se foram Roraima (aumento de 1,4 p.p.), Mato Grosso (subindo 0,7 p.p.) e Rondônia (0,5 p.p.). Aqueles estados com as menores taxas em 1996 continuaram com baixas taxas em 1997, havendo pequena permutação entre eles (Amapá e Roraima posicionaram-se melhor nos dois anos, seguidos de Rondônia e Mato Grosso).

A despeito do declínio e aumento das taxas estaduais, o índice do indicador da Amazônia Legal baixou apenas 0,6 p.p. em 1997 (ficando com 16,7%). Quando comparado ao indicador Outras Regiões, cuja taxa decaiu 1,7 p.p., chegando a um índice relativamente razoável na taxa de abandono (9,9%), é que se nota a discrepância (diferença de 6,8 p.p.). Mais uma vez aqui, a desempenho dos estados da Amazônia Legal puxou para cima o indicador nacional da taxa de abandono no ensino fundamental (10,9%).

A Tabela A.10 do Anexo e o Gráfico 10 mostram a taxa de abandono geral do ensino médio em 1996 e 1997. Analisando-se primeiramente 1996, verifica-se que apenas o Estado do Maranhão (com 16,4%) obteve taxa de abandono menor tanto em relação à do indicador Amazônia Legal (que obteve 21,4%), quanto à da média nacional (que ficou em 17,1%). O único estado que apresentou taxa entre a média brasileira e o indicador da região foi Amazonas (19,4%). Os demais estados apresentaram taxas maiores do que o indicador Amazônia Legal, merecendo destaque Tocantins (27,8%), Mato Grosso (26,9%) e Roraima (25,6%).

Seguindo a tendência natural, o indicador Amazônia Legal apresentou taxa igual a 21,4%, enquanto o indicador Outras Regiões obteve índice igual a 16,6%, fatores

que culminaram em uma alta taxa nacional de abandono (igual a 17,1%), mas a um nível menor do que a diferença entre os indicadores regionais. Um detalhe para o ano de 1996 está no fato de a discrepância entre o percentual do indicador Amazônia Legal e Brasil ter sido maior no ensino fundamental (diferença igual a 5 p.p.) do que no ensino médio (diferença igual a 4,3 p.p.).



Analisando-se a mudança de ano, observa-se uma grande permutação dentro de um quadro comparativo. Entre os estados que progrediram, isto é, que tiveram diminuídas suas taxas de abandono, cita-se Amapá, que com surpreendente queda de 8,1 p.p. passou de uma modesta posição em 1996 para a melhor colocação entre os estados amazônicos em 1997 (com 15,6%), e Mato Grosso, que apesar de sua taxa ter caído 5,2 p.p., melhorando muito sua posição entre os estados, ainda permaneceu alta. Entre os estados cujas taxas caíram, porém de forma menos expressiva, citam-se Tocantins (queda de 2,6 p.p.), Rondônia (1,6 p.p.) e Roraima (1,4 p.p.). Entre os estados que sofreram aumentos no índice de abandono do ensino médio em 1997 ressalva-se, principalmente, o Pará, cujo aumento expressivo de 7,2 p.p. em sua taxa o levou para a pior colocação do quadro comparativo (com 28,7%). Com taxas extremamente altas estavam, ainda, Tocantins (que apesar da queda de 2,6 p.p. amargou a 2ª maior taxa, com 25,2%) e Roraima (que também apesar da queda ficou com 24,2%).

Apesar de na passagem de 1996 para 1997 ter havido queda na taxa de abandono geral do ensino médio para a maioria dos estados da região da Amazônia Legal, o indicador dessa região sofreu aumento de 1 p.p., ficando, portanto, com 22,4% como taxa de abandono. A razão para esse aumento está no fato de que já em 1996 as taxas dos estados que compõem a região eram elevadíssimas, bem como em 1997 o Estado do Pará, particularmente, sofreu uma elevação brusca em sua taxa de abandono. Cabe ainda ressaltar a boa queda de 3,5 p.p. do indicador Outras Regiões em sua taxa de abandono (ficando com 13,1%). Essa queda também puxou para baixo a taxa de abandono nacional, que caiu 3,1 p.p., ficando o Brasil com média igual a 14%. O fato de um indicador sofrer queda, enquanto o outro aumentou,

contribuiu para aumentar a discrepância entre as regiões representadas pelos indicadores (diferença de 9,3 p.p.).

Uma particularidade que pode ser mencionada aqui, independentemente do ano analisado, é que os percentuais da taxa de abandono para o ensino médio apresentaram-se sempre maiores do que os do ensino fundamental (com exceção do Maranhão, cujas taxas divergiram em 0,1 p.p. em 1996, e foram exatamente iguais em 1997).

4.4 TAXA DE DISTORÇÃO DA IDADE/SÉRIE POR NÍVEL DE ENSINO

Esta taxa permite avaliar a distorção entre a idade dos alunos e a série que freqüentam em cada nível de ensino. Pode-se calcular a taxa média de distorção por nível de ensino ou para um conjunto de séries.

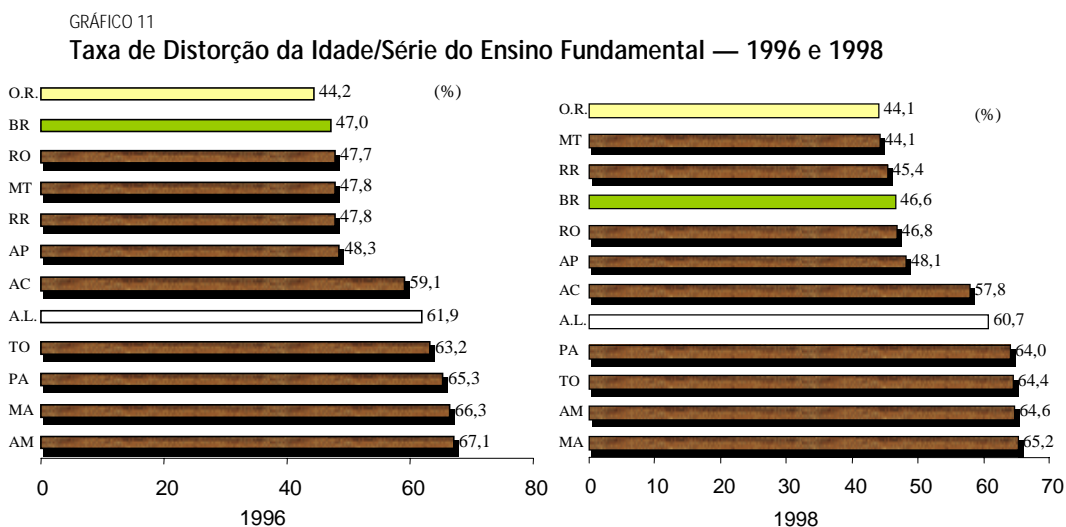
A taxa de distorção da idade/série do ensino fundamental nos anos de 1996 e 1998 é apresentada na Tabela A.11. Os valores apresentados nessa tabela permitem concluir que em 1996 todos os estados amazônicos apresentaram taxas maiores do que a média brasileira (que ficou em 47,2%). Porém, alguns daqueles estados apresentaram taxas relativamente próximas. Entre eles, citam-se Rondônia (com 47,7%), Mato Grosso (47,8%), Roraima (47,8%) e Amapá (48,3%). Os demais estados apresentaram taxas relativamente altas e, dentre os piores, estavam Maranhão (66,3%), Pará (65,3%) e Tocantins (63,2%).

Devido à alta discrepância entre taxas (chegando a 19,4 p.p. entre Amazonas e Rondônia) e ao fato de que, apesar de alguns estados terem apresentado taxas relativamente próximas às do restante do país, grande parte apresentou taxas mais altas — a taxa do indicador Amazônia Legal apresentou-se alta (61,9%). Por outro lado, o indicador Outras Regiões apresentou índice de distorção da idade/série relativamente baixo (44,2%). A diferença entre as taxas dos indicadores regionais chegou a 22,9 p.p., enquanto entre Amazônia Legal e Brasil, 20,1 p.p.

Na passagem de 1996 para 1998, observa-se do Gráfico 11 que a queda percentual nas taxas dos estados, indicadores regionais e Brasil foi pouco expressiva. O estado cuja taxa de distorção caiu mais foi Mato Grosso, com queda de 3,7 p.p. (ficando com 44,1%). Essa queda garantiu-lhe, num quadro comparativo, a melhor posição entre os estados amazônicos, apresentando, inclusive, taxa menor do que a da União (que ficou em 46,6%). A terceira maior queda na taxa foi de Roraima (2,5 p.p., indo para 45,4%), que obteve taxa superior somente à de Mato Grosso. Já a segunda maior queda foi do Amazonas (2,5 p.p.), que, por ter apresentado alta taxa em 1996, continuou entre os estados com as piores taxas (com 64,6%). O único estado cuja taxa aumentou foi Tocantins (um acréscimo de 1,2 p.p. levou sua taxa a 64,4%), mas comparativamente caiu pouco. Na verdade, houve apenas uma pequena permutação entre estados em relação aos níveis atingidos em 1998.

A queda, mesmo que baixa, nas taxas dos estados amazônicos (exceto Tocantins), levou a uma diminuição de 1,2 p.p. no índice obtido pelo indicador Amazônia Legal (ficando em 60,7%). Como o índice do indicador Outras Regiões decaiu apenas 0,1 p.p. (indo para 44,1%), foi a região da Amazônia Legal a maior responsável por uma queda de 0,4 p.p. na média nacional (indo para 46,6%). Apesar

disso, a discrepância entre os níveis dos indicadores regionais, bem como entre Amazônia Legal e Brasil, ainda se manteve bastante elevada (diferença de 16,6 p.p. e 14,1 p.p., respectivamente).

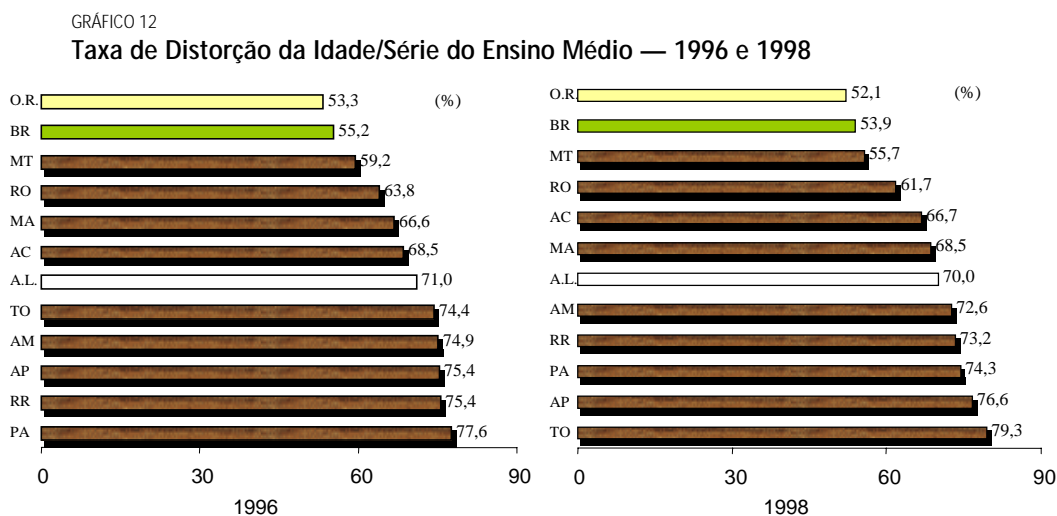


A taxa de distorção da idade/série do ensino médio nos anos de 1996 e 1998, para os estados que compõem a região da Amazônia Legal, é apresentada na Tabela A.12. Antes de avançar para uma análise mais detalhada, pode-se mencionar que as taxas de distorção para esse nível de ensino, em ambos os anos, foram maiores do que as do ensino fundamental tanto para estados, quanto para indicadores regionais e União. A análise gráfica mostra que no ano de 1996 todos os estados amazônicos apresentavam taxas de distorção maiores do que a média nacional (que ficou em 55,3%). Entre os estados que apresentaram as menores taxas citam-se, em ordem decrescente, Acre (68,5%), Maranhão (66,6%), Rondônia (63,8%) e Mato Grosso (59,2%). Entre os que apresentaram as piores taxas estavam Amazonas (74,9%), Amapá e Roraima (ambos com 75,4%) e o Pará (com a maior taxa, 77,6%).

Nota-se uma relativa discrepância entre as taxas dos estados da Amazônia Legal (diferença que chega a 18,4 p.p. entre Pará e Mato Grosso), fazendo com que o indicador dessa região obtivesse uma taxa de distorção extremamente elevada (71%). O indicador Outras Regiões, apesar de ter obtido uma taxa também alta (53,3%), obteve taxa menor do que a nacional. A diferença entre os índices dos dois indicadores chegou a 17,7 p.p., caindo um pouco entre o indicador Amazônia Legal e Brasil (15,8 p.p.).

Na passagem de 1996 para 1998, observa-se do Gráfico 12 que para a maioria dos estados da região amazônica houve queda nos percentuais, mesmo que não muito significativa. Os dois estados cujas taxas diminuíram mais foram, curiosamente, Mato Grosso (cuja queda de 3,5 p.p. levou a taxa para 55,7%) e Pará (queda de 3,3 p.p., indo para 74,3%), que haviam apresentado em 1996, respectivamente, a menor e a maior taxa de distorção para o ensino médio. Entre outros estados que também apresentaram quedas pode-se citar Amazonas (2,3 p.p.), Roraima (2,2 p.p.), Rondônia (2,1 p.p.) e Acre (1,8 p.p.) Os demais estados da região, Amapá, Maranhão

e Tocantins, tiveram suas taxas aumentadas em 1998 (1,2 p.p., 1,9 p.p. e 4,9 p.p., respectivamente).



Em relação aos indicadores, observa-se uma queda igual a 1 p.p. na taxa da Amazônia Legal (70%), enquanto em Outras Regiões foi de 1,2 p.p. (ficando com 52,1%). Tal queda em ambos os indicadores levou a uma diminuição de 1,3 p.p. na média brasileira (ficando com 53,9%). Apesar de as quedas terem proporcionado diminuição nas discrepâncias entre taxas, elas ainda se apresentaram muito altas (17,9 p.p. entre os indicadores regionais).

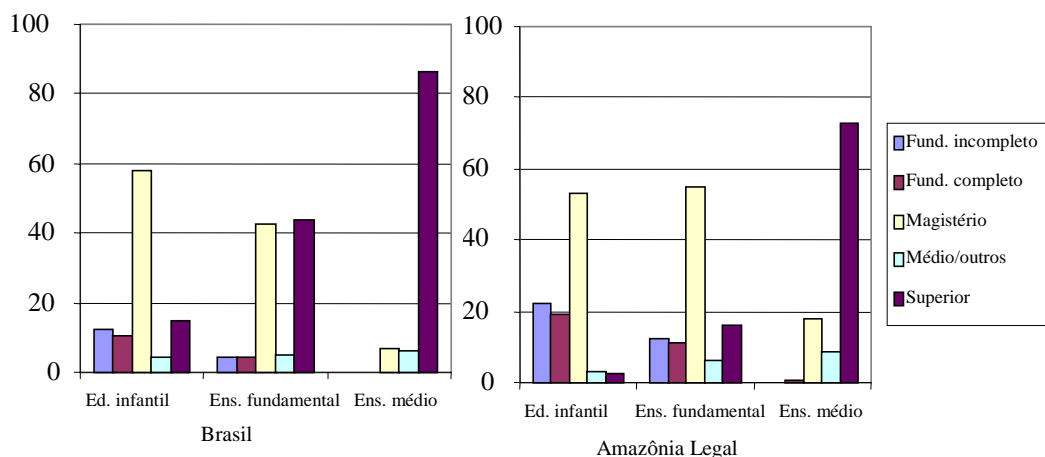
5 RECURSOS DISPONÍVEIS PELO SISTEMA

5.1 QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE POR NÍVEL DE ENSINO

Com o auxílio da Tabela A.13, que mostra o nível de qualificação do corpo docente da educação básica para os anos de 1996 e 1998, e do Gráfico 13, a análise dos dados permite concluir que em 1996 o percentual de professores que compunham o corpo docente dos estados amazônicos com qualificação ao nível do ensino fundamental (completo ou incompleto), e que lecionavam para a educação infantil, era relativamente maior tanto em relação à média brasileira, quanto para o indicador Outras Regiões. Já a percentagem de professores com ensino médio e superior que lecionavam para a educação infantil era menor do que as percentagens nacionais e de Outras Regiões. O percentual de professores com magistério também era menor, mas assemelhava-se mais com a média nacional.

No ensino fundamental, o percentual de professores com magistério ou ensino fundamental (completo ou incompleto) que lecionavam nos estados da região amazônica era maior do que a média nacional e o indicador Outras Regiões. Em relação aos professores com nível médio, o percentual era praticamente equivalente, porém o de professores com o ensino superior era muito inferior.

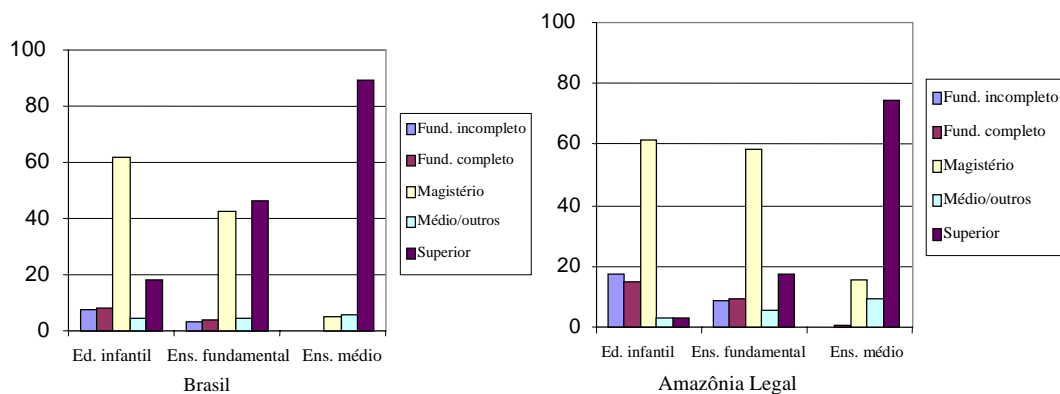
GRÁFICO 13
Qualificação do Corpo Docente por Nível de Ensino — 1996



No ensino médio, o percentual de professores com o ensino superior completo assemelha-se à média brasileira. Por outro lado, observa-se nos estados amazônicos que o número de professores com nível médio e magistério — principalmente este último — tendia a ser maior que a média nacional. Apesar de ínfimo o percentual de professores com ensino fundamental (completo ou incompleto) que lecionavam para este nível de ensino, cabe aqui ressaltar a mesma tendência.

Pode-se perceber do Gráfico 14 que na passagem de 1996 para 1998 o mesmo tipo de tendência apresentada no ano de 1996 pôde ser visto em 1998 tanto em relação ao nível dos professores que lecionavam para a educação infantil, quanto para o ensino fundamental ou médio. Porém, algumas particularidades podem ser observadas.

GRÁFICO 14
Qualificação do Corpo Docente por Nível de Ensino — 1998



Em relação ao percentual dos professores com qualificação ao nível do ensino fundamental (completo e incompleto) que lecionavam na educação infantil, nota-se que o percentual nacional destes diminuiu. A razão para o fato é que ambos os indicadores regionais, Outras Regiões e Amazônia Legal, também diminuíram. Já o

percentual de professores com magistério aumentou em ambos os indicadores, propiciando aumento não só na média brasileira, como também para aqueles com ensino superior, pois, apesar de manter-se praticamente inalterada a percentagem da Amazônia Legal, aumentou a do indicador Outras Regiões.

No que diz respeito aos que lecionavam no ensino fundamental, observa-se, graficamente, que o percentual de professores com magistério e ensino superior aumentou na região amazônica. Percebe-se, também, um aumento percentual de professores com nível superior em Outras Regiões. Por outro lado, observamos uma queda na percentagem nacional de professores com ensino fundamental (completo e incompleto) que lecionavam neste mesmo nível, devido a uma queda na utilização dos mesmos na Amazônia Legal e em Outras Regiões.

Em relação aos que lecionavam para o ensino médio, observou-se um ligeiro aumento na média nacional entre aqueles que possuíam nível superior, bem como uma pequena queda entre aqueles com magistério e ensino médio. Ambos os indicadores regionais prosperaram no sentido de aumentar aquela ou reduzir esta.

Ainda na Tabela A.13, são apresentados os percentuais para os estados amazônicos no ano de 1996. Para os que lecionavam na educação infantil, pode-se citar os Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima e Amapá entre aqueles cujos percentuais de professores magisteriados eram maiores do que a média nacional. Os demais estados, principalmente Pará e Tocantins, agiram de forma a diminuir o percentual do indicador da Amazônia Legal para um nível abaixo do percentual brasileiro. Entre os que lecionavam neste nível e tinham apenas o ensino fundamental, pode-se citar, principalmente, Pará, Tocantins e Maranhão.

Entre os que lecionavam no ensino fundamental, a percentagem referente aos professores com magistério nos estados da região amazônica era superior à da média nacional, com exceção de Mato Grosso. Já o percentual de professores com ensino superior que lecionavam neste nível ficou muito abaixo da média nacional, salvo aquele mesmo estado, cujo percentual ficou praticamente inalterado, e o percentual de professores com o ensino médio apresentou-se praticamente equivalente ao nacional.

No ensino médio, o percentual de professores com nível superior era próximo à média nacional, exceto nos Estados de Roraima, Tocantins e Maranhão, que obtiveram percentuais muito abaixo daquela média. A análise dos dados permite concluir que o estado cujas características se assemelham mais à média nacional é Mato Grosso.

Comparando-se os estados amazônicos com o indicador de sua região no ano de 1998, em relação a 1996, verifica-se que a maioria daqueles apresentou resultados aproximados aos do indicador regional: redução no percentual de professores com ensino fundamental e aumento no de professores com magistério, na educação infantil; redução também no percentual de professores com ensino fundamental e aumento no de professores com magistério e superior, no ensino fundamental; e queda no percentual de magisteriados e aumento no de nível superior, no ensino médio.

Entre os estados que apresentaram queda no percentual de professores com magistério que lecionavam na educação infantil, indo, portanto, ao encontro da tendência natural, citam-se Amazonas e Roraima. Seguindo o mesmo raciocínio, somente em Roraima houve aumento na utilização de professores com ensino fundamental que lecionavam neste nível de ensino.

No ensino fundamental, somente o Acre foi ao encontro da tendência natural, isto é, somente nesse estado caiu o percentual do corpo docente com nível superior e aumentou o de ensino fundamental (completo). Por fim, no ensino médio, entre aqueles estados que fugiram à regra tendencial, ressalva-se: Pará, que se por um lado diminuiu o percentual de docentes com ensino médio, por outro, aumentou o percentual dos com magistério; e Roraima, que diminuiu o corpo docente com ensino superior e ensino médio, aumentando os docentes com magistério. Por essas razões, Roraima parece ser o estado que mais fugiu à regra durante essa transição.

5.2 GASTOS REALIZADOS PELO SISTEMA POR NÍVEL DE ENSINO

Neste item são apresentadas algumas considerações sobre a situação da área de educação na região da Amazônia Legal, referente aos aspectos de seus recursos financeiros, a partir de informações sistematizadas pelo IPEA. Portanto, este trabalho mostrará para os estados da região amazônica a dimensão e a estrutura dos gastos públicos realizados na área de educação pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), tomando como base os dados do ano de 1995.

5.2.1 Participação dos Gastos na Área de Educação pelas Três Esferas de Governo e os Gastos Sociais

Os indicadores de gastos totais são medidas comparativas tanto absolutas, quanto relativas das quantidades gastas em todos os níveis e tipos de educação pelo país e suas diferentes esferas de governo. Estes indicadores podem ser utilizados para comparações com os gastos sociais totais e pelas diferentes esferas de governo, com os gastos diretos, com o produto interno bruto (PIB) etc.

A magnitude dos gastos de cada estado ou região em educação, como percentagem aos gastos governamentais totais, é um forte indicador da importância relativa dada a tal área diante das diversas áreas de atividade governamental. Algumas variações nas participações nos gastos públicos totais alocados à educação refletem diferenças entre estados e regiões na divisão da responsabilidade no financiamento da educação entre o setor público e o setor privado.

No caso da área de educação, os gastos públicos efetuados pelas três esferas de governo, em 1995, no conceito de origem dos recursos, foram de R\$ 27,19 bilhões (Tabela 3). Esse valor corresponde a 20,1% do esforço de gastos na área social. Os gastos em educação dos estados da Amazônia Legal corresponderam a R\$ 2,462 bilhões, o que representava 9% de todos os gastos públicos em educação no Brasil e apenas 1,8% dos gastos sociais.

TABELA 3

Gastos Sociais e Gastos em Educação das Três Esferas de Governo nos Estados da Amazônia Legal — 1995

(Em R\$ Milhões)

Tipos de gastos	Federal ^a	Estados	Municípios	Total
Gastos sociais por origem dos recursos	80.550	32.116	22.619	135.284
Gastos em educação, por origem dos recursos	6.778	12.981	7.431	27.190
Gastos em educação, nos estados amazônicos	540	1.392	530	2.462
Comparações (%)				
Gastos em educação na Amazônia Legal/Gasto social	0,7	4,3	2,3	1,8
Gastos em educação na Amazônia Legal /Gasto educação ^b	8,0	10,7	7,1	9,0

Fontes: Siafi/Sidor e IBGE/Decna.

^a Inclui recursos do FGTS que não fazem parte dos registros do Balanço Geral da União.

Os valores apresentados na Tabela 3 mostram que a distribuição intergovernamental dos gastos é correspondente à divisão prevista na vinculação dos recursos tributários destinados à educação,⁵ revelando o caráter descentralizado das ações governamentais da área, uma vez que os grandes responsáveis pela área são os estados e municípios, que, em conjunto, responderam por 78% dos gastos da área. No conjunto do esforço público destinado aos setores sociais, os gastos na área de educação realizados pelos estados amazônicos correspondem a 4,3% dos gastos dos estados e a 2,3% dos municípios brasileiros.

Enquanto isso, o governo federal se compromete com apenas 21,9% dos gastos da área dos estados da Amazônia Legal. Isto decorre do fato de que a Constituição brasileira atribui aos estados e municípios a responsabilidade pela oferta da educação básica, cabendo ao governo federal apenas a função supletiva; assim, a maior parte dos recursos aplicados pelo governo federal na área da educação destina-se ao custeio das instituições federais de ensino superior (Ifes), escolas técnicas federais e Cefets.

5.2.2 Participação Relativa dos Gastos na Área de Educação nos Gastos Sociais Consolidados e PIB Local, por Região e Estados

Este indicador permite a comparação entre os gastos na área de educação e os gastos sociais consolidados e o PIB por região e UFs (Tabela 4). A amplitude dos gastos de cada estado na área de educação em percentagem dos gastos sociais e dos PIBs locais é uma indicação da importância relativa dada à educação, diante das demais ações sociais, e à atividade econômica dos estados. As variações nas participações refletem diferenças entre os estados tanto na divisão da responsabilidade no financiamento da educação entre o setor público e o setor privado, quanto na capacidade econômica e financeira de cada estado.

⁵ A responsabilidade pelo ensino público, prioritariamente e não de forma exclusiva, é assim dividida: a educação infantil cabe aos municípios; o ensino fundamental, aos estados, ao DF e aos municípios; o ensino médio, aos estados e ao DF; e a educação superior, à União e aos estados.

TABELA 4

Participação Relativa da Área de Educação nos Gastos Sociais Consolidados e PIB, por Região e Estados Amazônicos — 1995

(Em R\$ Milhões)

Regiões e UFs	Gastos sociais consolidados (A)	Gastos em educação (B)	PIB (C)	(A/C)	(B/C)	(B/A)
Brasil ^a	135.284,0	27.190,8	646.191,5	20,9	4,2	20,1
Outras regiões	118.412,0	22.886,5	594.409,9	19,9	3,9	19,3
Amazônia Legal	9.815,4	2.462,5	46.824,4	21,0	5,3	25,1
Rondônia	647,2	140,7	4.342,4	14,9	3,2	21,7
Acre	428,0	121,8	1.463,3	29,2	8,3	28,5
Amazonas	1.506,3	368,5	8.827,2	17,1	4,2	24,5
Roraima	275	55,2	763,6	36,0	7,2	20,1
Pará	2.617,9	572,9	14.855,1	17,6	3,9	21,9
Amapá	402,3	71,5	1.175,5	34,2	6,1	17,8
Tocantins	385,7	168,4	1.131,3	34,1	14,9	43,7
Maranhão	2.103,6	470,9	6.640,0	31,7	7,1	22,4
Mato Grosso	1.347,9	492,5	7.626,0	17,7	6,5	36,5
Região Norte	101,5	0,1	-	-	-	0,1
Nordeste	23.456,4	4.372,7	78.637,4	29,8	5,6	18,6
Sudeste	67.150,9	12.790,6	370.429,2	18,1	3,5	19,0
Sul	19.162,0	3.914,4	107.595,7	17,8	3,6	20,4
Centro-Oeste	8.642,7	1.808,8	37.747,6	22,9	4,8	20,9

Fonte: IPEA.

^a Inclui parcela não-regionalizável.

Analisando-se os gastos na área de educação para os estados da Amazônia Legal, levando em consideração o comportamento do PIB, obtém-se que os gastos corresponderam, em 1995, a 5,3% do PIB, valor superior à média nacional (4,2% do PIB). Comparando os resultados entre os estados observam-se grandes variações, com estados chegando a gastar 14,9% de seu PIB em educação (Tocantins) e outros apenas 3,2% (Rondônia).

O valor gasto em educação em relação aos gastos sociais consolidados nos estados da região amazônica (25,1%) é superior à média nacional (20,1%). Apenas o valor do Estado do Amapá (17,8%) ficou abaixo do valor médio para o Brasil.

5.2.3 Índice de Gastos na Área de Educação por Região, Estados e Municípios

Outra categoria de indicador de grande importância é aquela que se preocupa diretamente em relacionar os gastos educacionais realizados nos diversos estados pelas diferentes esferas de governo (Tabela 5).

TABELA 5

Distribuição dos Gastos Públicos na Área de Educação por Esfera de Governo, Regiões e Estados Amazônicos — 1995

(Em R\$ Mil)

Regiões e UFs	Esferas de governo			Total (D = A + B + C)	(A/D)	(B/D)	(C/D)
	Federal (A)	Estadual (B)	Municipal (C)				
Brasil ^a	6.777.587	12.981.685	7.431.555	27.190.827	24,9	47,7	27,3
Outras regiões	4.395.634	11.589.203	6.901.670	22.886.507	19,2	50,6	30,2
Amazônia Legal	540.155	1.392.482	529.885	2.462.522	21,9	56,5	21,5
Rondônia	17.438	108.950	14.287	140.675	12,4	77,4	10,2
Acre	31.439	75.087	15.289	121.815	25,8	61,6	12,6
Amazonas	69.471	228.278	70.781	368.530	18,9	61,9	19,2
Roraima	14.211	34.323	6.685	55.219	25,7	62,2	12,1
Pará	195.911	278.309	98.655	572.875	34,2	48,6	17,2
Amapá	5.062	49.169	17.270	71.501	7,1	68,8	24,2
Tocantins	3.011	120.621	44.727	168.359	1,8	71,6	26,6
Maranhão	96.406	228.239	146.230	470.875	20,5	48,5	31,1
Mato Grosso	107.145	269.506	115.961	492.612	21,8	54,7	23,5
Região Norte	61	-	-	61	100,0	-	-
Nordeste	1.144.547	1.960.945	1.267.084	4.372.576	26,2	44,8	29,0
Sul	839.529	1.741.643	1.333.172	3.914.344	21,4	44,5	34,1
Centro-Oeste	920.835	642.735	245.293	1.808.863	50,9	35,5	13,6

Fonte: IPEA/Dipos.

^a Inclui parcela não-regionalizável.

Neste panorama dos gastos na área da educação, os índices de gastos apresentados na Tabela 5 mostram que os gastos públicos para suporte da área de educação foram repartidos de tal modo que os estados eram os grandes responsáveis (56,5%), seguindo-se o governo federal (com 21,9%) e, por último, os municípios (com 21,5%). No entanto, este índice de repartição varia bastante entre as UFs da região, desde Tocantins e Amapá, onde o estado e o município são os grandes responsáveis pelos gastos, até o Pará, onde o governo federal chegou a representar 34,2% dos gastos na área.

6 CONCLUSÕES

A análise dos indicadores que compõem este trabalho mostrou que a situação da educação é pior na Amazônia Legal que nas demais regiões. Por outro lado, esse quadro vem sendo progressivamente contornado, com uma nítida tendência de melhoria nos indicadores da região, embora constatada uma certa heterogeneidade na velocidade (do aumento ou decréscimo) e na direção (lê-se sinal da variação) dos mesmos. Ademais, a heterogeneidade na evolução da situação educacional é presente não só entre regiões, como entre estados. Adiante, descrevem-se as principais conclusões formuladas a partir da observação dos indicadores das áreas abordadas, já mencionadas.

Quanto à situação educacional da população, foram analisados os seguintes indicadores: taxa de analfabetismo; média de anos de estudo; e percentual da população por nível de instrução. No que tange ao analfabetismo, a população analfabeta era relativamente maior na Amazônia Legal do que nas demais regiões (em média). No entanto, a discrepância diminuiu no transcorrer da década de 1980, com uma queda percentual maior no indicador da região amazônica que no das demais regiões.

Quanto aos estados, constatou-se a mesma tendência de melhora, mas de forma heterogênea quanto à velocidade. Por exemplo, a queda percentual na taxa de analfabetismo foi duas vezes maior para Rondônia do que para Roraima. Depreende-se também da análise de que quanto mais velha a população, maior é o percentual de analfabetos, independentemente da região analisada — apesar de ser mais perceptível na Amazônia Legal —, e que menor é a parcela analfabeta quando a população é mais jovem, em grande parte explicada por políticas educacionais de fomento à educação básica.

A respeito da média de anos de estudo e do percentual da população por nível de instrução, verificou-se a tendência já mencionada, isto é, que essa média apresentou-se inferior na Amazônia Legal, quando comparada à média brasileira. Ademais, o grosso da população da região apresentava baixo nível de instrução ou o ensino fundamental incompleto, apesar de ter apresentado percentual maior para o ensino médio, e mais próximo ao nacional para o superior completo. Além disso, no transcorrer dos anos indicados, apesar de modestas as variações, o percentual da população por nível de instrução tendeu a melhorar tanto para as regiões, como para a maioria dos estados. No entanto, embora tenha havido tal melhora, constatou-se, principalmente nos estados amazônicos, heterogeneidade na velocidade e direção da evolução dos indicadores.

No que se refere à segunda área destacada, o atendimento e escolarização da população, foram apresentados os seguintes indicadores: taxa de atendimento escolar; e taxas de escolarização bruta e líquida por nível de ensino. Proposições quanto à heterogeneidade da velocidade e direção não puderam ser tiradas, tendo em vista que a análise foi realizada somente para um ano (1998). No entanto, pôde-se verificar discrepâncias interestaduais quanto aos valores das taxas de atendimento. Por exemplo, para a faixa etária de 15 a 17 anos, apenas o percentual de Tocantins apresentou média igual ao país, sendo que o Acre apresentou a pior dentre os estados amazônicos. Por sua vez, cabe ressaltar a boa taxa de atendimento para a faixa etária de 7 a 14 anos que apresentou a Amazônia Legal quando comparada ao Brasil.

Outra conclusão pode ser tirada da análise da taxa de atendimento escolar: a de que a taxa de atendimento é menor para a faixa etária de 15 a 17 anos do que para a de 7 a 14 anos independentemente dos estados ou regiões analisadas.

No que se refere a taxas de escolarização bruta e líquida, pôde-se verificar que aquela apresentou-se sempre maior do que esta, independentemente da faixa etária e do nível de ensino. De fato, a oferta total de matrículas de um dado nível de ensino tende a ser maior do que a oferta que seria ideal para atender somente a população cuja faixa etária fosse condizente para cursar tal nível. A reprovação e o abandono, bem como algumas outras razões já mencionadas (custos de oportunidade, motivação

e focalização das políticas educacionais), contribuem para o inchaço de jovens com idade incompatível com o respectivo nível de ensino cursado.

A análise dos dados dessas taxas permite a formulação de alguns comentários. Em primeiro lugar, a taxa de escolarização bruta para o ensino fundamental apresentou-se maior do que 100% em todas as regiões e estados analisados, o que significa que a oferta de matrículas é mais que suficiente para atender a faixa etária-padrão para este nível de ensino. Em segundo lugar, verificou-se que tanto a taxa bruta quanto a líquida tenderam a cair para a faixa etária mais velha (15 a 17 anos), podendo-se acrescentar, dentre as razões já mencionadas, o maior nível de dificuldade para o ensino compatível a este grupo (que seria o ensino médio).

Quanto aos valores das taxas brutas e líquidas em si, pode-se enfatizar a drástica queda de ambas as taxas tanto para o indicador Amazônia Legal, quanto para os estados que compõem a região à medida que se avançava do ensino fundamental para o médio. Desta verificação pode-se inferir que as razões implicadoras nas quedas das taxas de tal nível (custo de oportunidade, motivação etc.) são maiores para os jovens desta região do que para os das demais regiões (em média). Quanto às discrepâncias entre as taxas, pode-se citar, por exemplo, que o percentual de escolarização líquida do ensino médio em Mato Grosso é mais do que o dobro do percentual do Pará.

Na terceira área destacada, procurou-se avaliar a produtividade do sistema educacional mediante a escolha dos seguintes indicadores como norteadores: taxa de aprovação; taxa de reprovação; taxa de abandono; e taxa de distorção da idade/série. Para todos esses indicadores o período analisado foi o de 1996 e 1997 (exceto para a distorção da idade/série, cujos anos foram de 1996 e 1998), o que propiciou a constatação de falta de homogeneidade, inclusive em períodos relativamente curtos de tempo.

Observando-se o comportamento da taxa de aprovação do ensino fundamental na passagem de ano para os diversos estados e regiões, pôde-se constatar que o Acre foi o único estado amazônico cuja taxa de aprovação diminuiu. Na perspectiva regional, ambos indicadores das regiões analisadas aumentaram, mas com amplitudes diferentes, com o indicador Outras Regiões sofrendo aumento maior que o indicador Amazônia Legal. Para o ensino médio, as mesmas conclusões puderam ser tiradas: heterogeneidade de direção (os percentuais do Acre e Pará diminuíram, enquanto os de outros estados aumentaram); e de velocidade (o crescimento do indicador Outras Regiões foi extremamente superior ao crescimento do indicador Amazônia Legal).

Quanto à análise da taxa de aprovação por série, ficou claro que a 5ª série do ensino fundamental e a 1ª e a 2ª séries do ensino médio foram os grandes vales dessa taxa quando comparada às demais séries. A formulação e implementação de políticas educacionais específicas para estas séries poderia vir a contribuir para uma equalização maior da taxa de aprovação por série.

As taxas de reprovação para os dois níveis de ensino, por sua vez, também seguiram a tendência geral de queda e de heterogeneidade de comportamento. Da fuga ao padrão de comportamento quanto à direção dos indicadores, pode-se citar, por exemplo, o aumento da reprovação do ensino fundamental no Acre (o que era de se esperar, pois sua aprovação havia caído); e, quanto à velocidade, a queda dessa taxa

para o ensino médio foi quatro vezes maior para o Pará do que para o Amapá. Numa visão regional, observou-se que, apesar das taxas dos dois indicadores terem caído, a taxa de reprovação da Amazônia Legal foi maior do que a de Outras Regiões nos dois níveis de ensino. No entanto, de um lado, houve aumento na discrepância entre as taxas para o ensino fundamental, mas, de outro, um estreitamento entre as taxas para o ensino médio.

Se por um lado a taxa de abandono assumiu um padrão homogêneo quanto ao fato de ser maior para o ensino médio do que para o fundamental, independentemente se se tratava de estados ou regiões, por outro, ao polarizar a direção das taxas dos estados (alguns tiveram taxas aumentadas enquanto outros, diminuídas), foi um dos indicadores que mais contribuíram para a quebra tendencial de uma direção única de comportamento (variação positiva ou negativa). Cabe aqui ressaltar um padrão heterogêneo inter-regional: enquanto na mudança de ano o indicador Outras Regiões sofreu queda na taxa de abandono geral do médio, o indicador Amazônia Legal sofreu alta percentual devido à média dos estados ter sido alta em 1996, bem como devido a um aumento heterogêneo em alguns estados (em particular o Pará, que sofreu elevação brusca na mudança de ano).

As variações nas taxas de distorção da idade/série do ensino fundamental, tanto para estados quanto para regiões, foram pouco expressivas, observando-se uma pequena permutação num *ranking* comparativo entre estados. Apesar disso, observou-se que essa taxa caiu mais para a Amazônia Legal que para a média das demais regiões, fazendo com que aquela região tenha sido a maior responsável por uma queda percentual na taxa nacional. Um fato curioso, depreendido da análise dessa taxa para o ensino médio, está no fato de que, justamente os estados que apresentaram a maior (Pará) e a menor (Mato Grosso) taxa de distorção da idade/série entre os estados amazônicos foram os que tiveram as maiores quedas nas taxas. Em decorrência disso, verifica-se que muitas vezes a velocidade de queda/aumento independe da situação anterior do indicador ou estado analisado.

Por fim, o quarto e último tópico trata dos recursos disponíveis pelo sistema, sendo selecionados os seguintes indicadores: qualificação do corpo docente por nível de ensino; e gastos realizados por nível de ensino, sendo este subdividido em participação dos gastos na área de educação pelas três esferas de governo e gastos sociais; participação relativa dos gastos na área de educação nos gastos sociais consolidados e PIB local, por região e estados; e índice de gastos na área de educação por região, estados e municípios.

Quanto à qualificação do corpo docente, analisando-se os anos de 1996 e 1998, verificou-se uma grande heterogeneidade quando compararam-se os indicadores Amazônia Legal e Outras Regiões. No primeiro, constatou-se que quanto mais baixo era o nível de ensino, maior era o percentual de professores com qualificação mais baixa. Para a educação infantil e fundamental, por exemplo, o percentual de professores com qualificação até o ensino fundamental era maior para a Amazônia Legal do que para a média nacional, bem como naquela região era maior o percentual de professores com ensino médio e fundamental (e menor o dos com ensino superior) que lecionavam para o ensino médio.

Por outro lado, analisando-se a mudança de ano, observou-se que houve uma realocação na qualificação dos professores para todos os níveis de ensino na Amazônia Legal. Parece ter havido uma demanda maior por aprimoramento curricular, de modo que o percentual de professores qualificados em cada nível aumentou. Apesar disso, e agravado pelo comportamento heterogêneo dos estados amazônicos, o mesmo ocorreu nas demais regiões, o que fez com que relativamente não houvesse muito progresso para a região da Amazônia Legal.

Por último, tratou-se da questão dos gastos na área de educação. Mais uma vez, somente um ano foi analisado, o que impossibilitou fazer uma análise do processo de evolução/retração relativa aos gastos sociais em educação. Analisando-se os indicadores em questão, chega-se à conclusão de que a distribuição intergovernamental dos gastos é correspondente à divisão prevista na vinculação dos recursos tributários destinados à educação (ênfata-se um crescimento na participação relativa do processo de gastos educacionais por estados e municípios).

Além disso, constatou-se que os gastos sociais em educação, relativos ao PIB de cada região, bem como a parcela desses gastos em educação diante dos gastos sociais consolidados, foram maiores na região da Amazônia Legal do que na média nacional (apesar do comportamento heterogêneo dos estados amazônicos também quanto aos gastos).

Finalizando, é importante ressaltar algumas limitações apresentadas neste trabalho. Em primeiro lugar, se por um lado a análise realizada descreveu a situação da educação nos estados amazônicos da maneira como ela se apresentava, confrontando-a com a situação das demais regiões (em média) e Brasil, por outro, não foi possível fazer comparações correlacionando os diversos indicadores. Além disso, por falta da disponibilidade de dados (e por vezes devido à não-existência dos mesmos), principalmente da parte dos gastos sociais, a análise restringiu-se a um período curto de tempo, sem que fosse possível traçar uma série histórica.

ANEXO

TABELA A.1
População por UF e Faixa Etária — 1996

UF	População absoluta				
	7 a 14 anos	15 a 17 anos	24 a 64 anos	10 anos ou mais	15 anos ou mais
Brasil	27.321.542	10.305.364	70.018.856	123.946.863	106.547.817
Outras regiões	23.393.983	8.908.977	62.922.045	110.036.651	95.111.851
Amazônia Legal	3.927.559	1.396.387	7.096.811	13.910.212	11.435.966
Rorônia	246.211	88.416	500.690	926.754	771.847
Acre	102.833	37.663	174.618	353.519	288.540
Amazônia	498.593	182.775	871.867	1.737.134	1.423.337
Roraima	50.640	17.639	94.261	179.101	147.438
Pará	1.150.928	408.384	2.063.496	4.062.884	3.338.966
Amapá	80.942	28.639	137.030	275.146	224.059
Tocantins	217.235	77.567	402.926	789.546	651.837
Maranhão	1.164.215	402.899	1.883.772	3.857.806	3.124.404
Mato Grosso	415.962	152.405	968.151	1.728.322	1.465.538
Região Nordeste	7.570.006	2.801.757	15.535.133	29.878.568	25.068.072
Região Sudeste	10.606.529	4.136.753	32.336.890	54.623.895	47.837.158
Região Sul	3.798.800	1.416.580	11.295.270	18.971.223	16.548.332
Região Centro-Oeste	1.418.648	553.887	3.754.752	6.562.965	5.658.289

Fonte: Contagem — 1996.

TABELA A.2

Total de Matrículas por Nível de Ensino e Demais Especificações — 1998

UF	Pré-escola	Creche ^a	Classes de alfabetização	Ensino fundamental	Classes de aceleração no ensino fundamental	Ensino médio	Portadores de deficiência ^b	Educação jovens e adultos
Brasil	4.111.120	381.804	806.288	35.792.554	1.189.998	6.968.531	293.403	2.881.231
Outras regiões	3.546.768	345.689	604.473	30.420.486	1.103.757	6.266.410	261.727	2.375.541
Amazônia Legal	564.352	36.115	201.815	5.372.068	86.241	702.121	31.676	505.690
Rondônia	31.977	3.237	4.544	308.992	4.143	40.766	1.973	47.888
Acre	13.890	647	1.384	140.176	1.638	20.186	986	29.789
Amazonas	42.814	5.733	56.792	638.303	2.163	96.391	3.629	63.131
Roraima	13.644	209	1.318	66.609	2.309	15.995	358	16.267
Pará	148.324	10.448	74.645	1.585.239	11.358	192.815	12.670	172.502
Amapá	18.551	599	1.174	122.392	2.425	27.232	926	32.647
Tocantins	29.809	3.034	4.877	346.169	5.418	57.402	2.179	2.382
Maranhão	224.642	8.176	51.792	1.606.227	44.864	164.221	4.705	61.034
Mato Grosso	40.701	4.032	5.289	557.961	11.923	87.113	4.250	80.050
Região Nordeste	1.058.871	109.530	389.546	10.603.904	366.855	1.350.948	40.490	537.320
Piauí	81.825	12.334	28.294	731.247	6.258	74.466	3.060	78.711
Ceará	243.795	28.511	104.200	1.842.237	114.953	222.638	6.350	94.197
R. G. do Norte	93.273	15.928	269	650.711	6.872	103.259	3.280	68.067
Paraíba	97.742	10.411	33.427	882.868	315	95.928	3.205	67.669
Pernambuco	152.758	14.398	100.168	1.818.479	2.618	302.537	10.026	138.811
Alagoas	56.272	4.431	23.212	688.285	979	67.733	2.192	45.340
Sergipe	81.985	2.922	10.489	436.631	583	55.093	1.306	32.184
Bahia	251.221	20.595	89.487	3.553.446	234.277	429.294	11.071	12.341

(continua)

(continuação)

UF	Pré-escola	Creche ^a	Classes de alfabetização	Ensino fundamental	Classes de aceleração no ensino fundamental	Ensino médio	Portadores de deficiência ^b	Educação jovens e adultos
Região Sudeste	1.821.062	149.234	163.346	13.249.814	563.964	3.385.659	128.415	1.150.719
Minas Gerais	420.490	26.157	-	3.857.553	464.246	728.451	45.550	95.974
Espírito Santo	78.222	16.983	7.175	619.559	3.974	151.795	6.806	83.624
Rio de Janeiro	267.772	18.356	156.171	2.377.864	19.724	583.521	17.689	218.175
São Paulo	1.054.578	87.738	-	6.394.838	76.020	1.921.892	58.370	752.946
Região Sul	493.268	68.523	3.007	4.558.892	153.789	1.115.919	72.141	515.254
Paraná	191.049	33.600	-	1.808.149	149.263	463.160	40.089	252.180
Santa Catarina	145.882	29.059	3.007	983.880	4.526	221.977	12.812	112.136
R. G. do Sul	156.337	5.864	-	1.766.863	-	430.782	19.240	150.938
Região Centro-Oeste	173.567	18.402	48.574	2.007.876	19.149	413.884	20.681	172.248
Mato Grosso do Sul	38.268	5.183	-	459.876	1.189	84.364	5.912	43.285
Goiás	85.809	4.638	48.574	1.135.948	4.495	217.318	7.625	35.126
Distrito Federal	49.490	8.581	-	412.052	13.465	112.202	7.144	93.837

Fonte: MEC/Inep/Sec.

^a O Censo Escolar não inclui os estabelecimentos que oferecem exclusivamente creche.

^b Número de alunos portadores de necessidades especiais que recebem atendimento especializado em escolas exclusivamente especializadas ou em classes especiais de escola regular.

TABELA A.3

Taxa de Analfabetismo na Faixa Etária de 15 Anos ou mais por Grupos de Idade — 1980 e 1991
(Em %)

UF	15 anos ou mais	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 anos ou mais
Brasil							
1980	25,4	16,5	15,6	18,0	24,0	30,8	43,9
1991	20,1	12,1	12,2	12,7	15,3	23,8	38,3
Outras regiões							
1980	24,4	15,4	14,5	16,9	22,8	29,6	43,0
1991	19,1	11,3	11,4	11,8	14,2	22,4	36,8
Amazônia Legal							
1980	36,8	26,8	27,1	30,3	37,1	44,3	57,5
1991	28,7	17,3	18,6	20,6	26,0	37,4	53,9
Rondônia							
1980	31,5	21,0	21,2	24,9	33,4	43,7	53,6
1991	20,3	7,2	9,9	12,9	18,4	32,0	49,7
Acre							
1980	45,6	41,4	40,9	40,6	45,5	51,2	56,4
1991	34,8	26,1	27,9	28,4	32,6	42,6	54,2
Amazonas							
1980	29,3	22,9	22,0	23,9	29,4	36,4	45,1
1991	23,8	16,6	16,4	17,9	22,6	30,1	43,7
Roraima							
1980	25,4	14,2	16,5	19,3	26,1	35,8	47,5
1991	20,6	9,7	10,8	13,1	20,1	32,3	50,8
Pará							
1980	27,8	19,7	19,5	22,0	27,2	33,2	47,0
1991	24,4	15,5	16,4	18,1	22,3	31,1	44,9
Amapá							
1980	24,6	13,5	14,7	16,6	22,8	32,4	54,0
1991	19,2	9,7	10,8	12,8	17,0	25,8	47,0
Tocantins							
1980
1991	31,4	15,1	18,2	20,5	27,5	42,1	62,3
Maranhão							
1980	49,6	36,7	38,6	43,5	50,8	57,2	70,5
1991	41,4	26,3	28,8	31,9	38,7	51,7	67,0
Mato Grosso							
1980	30,5	20,3	20,9	24,0	30,6	39,7	53,7
1991	19,5	8,0	10,2	12,6	16,9	27,9	46,0

(continua)

(continuação)

UF	15 anos ou mais	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 anos ou mais
Nordeste							
1980	44,8	34,0	32,7	36,9	44,5	51,0	64,5
1991	37,2	25,5	26,2	27,8	32,5	44,5	59,7
Sudeste							
1980	16,8	7,6	8,3	10,3	15,1	21,8	33,6
1991	12,3	4,6	5,5	6,2	8,3	14,6	27,6
Sul							
1980	16,2	6,7	7,7	10,1	14,8	21,5	34,1
1991	11,9	3,7	4,7	5,4	7,9	14,4	28,0
Centro-Oeste							
1980	24,3	13,1	13,7	16,7	23,9	33,4	49,6
1991	16,0	6,1	7,4	8,8	12,2	21,5	39,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980.

TABELA A.4

Percentual da População por Nível de Instrução segundo Grupos Etários — 1995 e 1997

UF	Nível de instrução ^b					
	Nenhum	Ensino fundamental			Ensino médio completo	Ensino superior completo
		Até a 3ª série ^a	Da 4ª à 7ª série completa			
Brasil						
1995	13,8	17,0	36,3	11,5	14,7	6,8
1997	13,3	15,0	36,1	12,3	16,1	7,2
Outras regiões						
1995	13,2	16,7	36,7	11,6	14,7	7,1
1997	12,7	14,8	36,4	12,4	16,0	7,6
Amazônia Legal						
1995	19,6	19,2	31,9	10,9	15,0	3,4
1997	19,3	17,0	32,4	10,8	16,9	3,6
Rondônia						
1995	12,1	14,5	36,6	14,1	17,1	5,6
1997	11,9	17,0	34,0	12,8	18,8	5,6
Acre						
1995	14,4	13,5	30,8	12,3	21,4	7,6
1997	22,3	6,2	26,1	13,3	24,9	7,2
Amazonas						
1995	12,4	14,1	31,2	15,1	23,3	4,0
1997	12,9	11,0	32,2	14,9	25,3	3,8

(continua)

(continuação)

UF	Nível de instrução ^b					
	Nenhum	Ensino fundamental			Ensino médio completo	Ensino superior completo
		Até a 3ª série ^a	Da 4ª à 7ª série completa			
Roraima						
1995	13,1	20,2	30,5	13,6	19,7	2,8
1997	16,4	8,2	24,2	25,4	22,5	3,3
Pará						
1995	11,4	22,4	33,4	12,6	16,0	4,2
1997	12,2	18,7	33,2	13,5	18,0	4,5
Amapá						
1995	19,5	16,2	27,3	14,8	16,8	5,4
1997	11,2	15,8	30,6	12,6	23,8	6,0
Tocantins						
1995	20,5	21,7	36,3	8,9	10,7	1,8
1997	19,3	22,5	36,4	8,2	10,9	2,7
Maranhão						
1995	30,1	22,3	26,1	7,4	12,6	1,5
1997	29,4	19,8	28,3	6,9	13,9	1,7
Mato Grosso						
1995	17,2	14,3	39,8	11,6	12,3	4,9
1997	15,9	13,4	39,4	11,4	14,9	5,0
Nordeste						
1995	24,5	19,9	31,1	7,8	12,8	3,9
1997	23,9	17,9	31,7	8,2	13,7	4,5
Sudeste						
1995	9,0	14,7	38,4	13,3	15,8	8,9
1997	8,6	12,8	37,4	14,5	17,4	9,3
Sul						
1995	8,2	18,4	40,3	12,1	13,8	7,1
1997	7,7	16,5	40,8	12,9	15,0	7,1
Centro-Oeste						
1995	11,8	15,4	37,4	12,3	16,4	6,6
1997	11,7	13,3	37,0	12,7	17,3	8,0

Fonte: MEC/Inep/Sec.

^a Foi considerada a população com nível de instrução menor do que a 4ª série do ensino fundamental e aquela que não informou a última série completada.

^b Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

TABELA A.5

Taxa de Aprovação por Série para o Ensino Fundamental, por UF e Região — 1996 e 1997

(Em %)

UF	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Brasil									
1996	73,5	65,3	73,9	78,8	83,0	64,6	72,6	77,1	82,7
1997	77,7	67,3	77,3	82,8	85,7	72,8	78,2	81,9	86,4
Outras Regiões									
1996	74,8	67,1	75,0	80,0	84,1	65,9	73,4	77,9	83,2
1997	79,3	69,7	78,8	84,2	87,0	74,0	79,0	82,7	87,1
Amazônia Legal									
1996	64,7	55,6	66,1	70,6	75,0	56,8	66,0	70,4	77,7
1997	68,0	57,7	69,0	73,3	77,3	64,4	71,8	74,8	79,9
Rondônia									
1996	71,0	63,0	80,1	82,8	82,2	54,9	62,1	68,9	73,4
1997	72,9	63,4	80,5	83,4	84,0	61,4	65,8	69,7	76,2
Acre									
1996	66,1	51,5	68,5	74,2	80,1	59,9	69,5	73,6	80,9
1997	64,8	50,1	66,3	73,3	75,7	63,0	69,6	72,9	79,1
Amazonas									
1996	65,4	57,7	69,7	73,5	76,7	51,7	62,0	69,3	73,9
1997	69,1	59,0	72,2	76,5	80,1	62,3	69,4	72,8	76,9
Roraima									
1996	75,3	61,5	77,3	81,9	85,5	69,8	72,5	85,5	86,6
1997	78,5	63,4	79,7	83,8	85,1	78,1	80,0	87,1	89,3
Pará									
1996	58,6	50,7	59,7	64,0	67,6	50,6	61,3	66,6	75,6
1997	62,7	53,5	62,8	66,7	70,8	60,3	70,9	74,0	77,4
Amapá									
1996	67,7	69,6	61,4	71,6	77,5	56,8	66,4	69,2	75,2
1997	71,2	68,8	63,8	75,1	79,9	64,5	73,6	78,2	79,3
Tocantins									
1996	64,1	55,2	65,3	67,1	74,7	53,9	67,1	64,5	87,0
1997	67,1	55,8	66,5	69,8	74,4	63,0	73,8	73,2	83,2
Maranhão									
1996	66,3	56,5	65,3	70,6	76,9	65,9	73,4	74,4	81,2
1997	69,5	59,3	70,2	74,8	79,4	69,8	75,2	76,5	84,4
Mato Grosso									
1996	70,9	64,3	76,7	78,7	82,0	59,3	65,2	72,1	75,5
1997	74,0	65,7	77,9	80,1	82,9	65,7	70,8	76,5	78,4

(continua)

(continuação)

UF	Total	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	5ª Série	6ª Série	7ª Série	8ª Série
Nordeste									
1996	63,2	50,2	63,7	70,0	75,5	56,9	67,7	72,0	78,1
1997	68,0	56,8	67,7	73,1	78,0	64,5	72,1	76,3	81,4
Sudeste									
1996	82,5	86,9	81,8	85,7	89,7	71,6	77,9	82,2	86,5
1997	87,5	87,5	86,9	91,1	92,7	80,8	84,8	87,0	90,3
Sul									
1996	77,7	74,8	81,8	85,4	85,3	67,1	71,3	76,0	82,8
1997	82,2	78,1	84,4	88,2	88,7	74,6	76,3	82,5	87,9
Centro-Oeste									
1996	71,1	69,4	74,7	78,0	81,1	58,2	65,8	69,9	75,2
1997	74,0	68,8	77,1	80,4	83,6	64,8	69,8	73,9	78,8

Fonte: MEC/Inep/Seec.

TABELA A.6

Taxa de Aprovação por Série para o Ensino Médio, por UF e Região — 1996 e 1997

(Em %)

UF	Total	1ª série	2ª série	3ª série
Brasil				
1996	73,2	63,3	75,8	87,9
1997	78,5	70,6	80,7	89,4
Outras regiões				
1996	73,7	64,0	76,2	88,2
1997	79,4	71,8	81,4	89,9
Amazônia Legal				
1996	68,3	57,8	72,4	85,0
1997	69,9	60,5	73,4	84,3
Rondônia				
1996	65,8	55,6	70,8	82,8
1997	69,1	62,2	69,7	84,7
Acre				
1996	71,1	60,4	77,1	79,3
1997	70,7	60,4	72,6	85,7
Amazonas				
1996	72,8	61,6	79,4	86,8
1997	75,0	64,6	78,9	88,6
Roraima				
1996	64,9	56,4	68,7	80,0
1997	69,9	62,9	75,9	82,4

(continua)

(continuação)

UF	Total	1ª série	2ª série	3ª série
Pará				
1996	64,1	53,3	69,6	80,5
1997	62,3	53,6	69,1	72,2
Amapá				
1996	62,5	47,7	67,1	86,6
1997	71,9	62,0	73,4	88,8
Tocantins				
1996	66,8	53,6	72,3	92,3
1997	69,0	58,5	71,8	88,2
Maranhão				
1996	73,8	65,2	75,2	89,1
1997	75,2	65,3	77,0	91,3
Mato Grosso				
1996	66,1	57,8	66,8	83,5
1997	73,4	64,7	74,0	89,4
Nordeste				
1996	69,7	59,1	73,1	86,8
1997	74,5	65,0	77,2	88,3
Sudeste				
1996	76,7	67,6	78,8	89,6
1997	82,7	76,7	84,0	91,3
Sul				
1996	71,6	61,7	73,4	86,3
1997	77,4	68,7	80,4	88,2
Centro-Oeste				
1996	67,5	56,6	71,4	85,5
1997	72,8	63,5	76,1	87,1

Fonte: MEC/Inep/Seec.

TABELA A.7

Taxa de Reprovação por Série para o Ensino Fundamental, por UF e Região — 1996 e 1997
(Em %)

UF	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Brasil									
1996	14,2	19,1	16,7	12,4	9,2	17,0	13,7	10,4	7,3
1997	11,4	18,3	13,7	9,1	7,1	12,4	9,8	7,6	5,4
Outras regiões									
1996	13,6	17,9	16,3	12,1	8,9	16,6	13,5	10,3	7,2
1997	10,8	17,1	13,2	8,6	6,7	12,1	9,7	7,6	5,4
Amazônia Legal									
1996	17,9	25,2	19,2	15,0	11,5	19,7	15,1	11,2	8,0
1997	15,4	23,2	16,7	12,7	9,8	14,7	10,4	7,9	6,1
Rondônia									
1996	16,0	25,3	13,1	10,2	8,2	20,6	19,2	13,3	10,4
1997	13,6	21,9	11,7	8,7	7,5	17,0	15,1	11,6	9,2
Acre									
1996	16,6	27,7	16,9	11,7	7,9	15,1	13,3	10,4	6,9
1997	16,7	28,8	16,0	10,9	8,6	14,8	11,7	10,1	6,5
Amazonas									
1996	17,0	25,7	18,6	15,0	11,7	18,9	14,6	10,7	7,6
1997	14,4	24,1	15,5	12,6	9,6	13,6	9,1	7,0	5,3
Roraima									
1996	15,4	27,0	16,6	11,3	8,5	17,7	13,1	5,5	4,6
1997	10,8	21,1	12,6	7,5	5,1	9,8	8,7	4,7	2,8
Pará									
1996	22,1	27,9	22,2	17,8	14,8	27,8	20,5	14,9	11,1
1997	19,4	27,0	20,0	15,9	13,2	19,1	12,3	9,0	8,2
Amapá									
1996	22,7	22,5	29,8	19,4	14,2	32,7	22,5	16,7	13,5
1997	19,7	20,3	27,2	17,7	12,4	26,6	17,5	12,6	10,6
Tocantins									
1996	13,1	20,3	16,3	11,8	8,7	10,7	8,9	6,6	4,2
1997	12,1	18,9	15,2	10,6	7,6	10,6	8,5	6,5	5,2
Maranhão									
1996	17,0	24,2	19,1	14,9	10,4	14,9	11,6	10,3	7,0
1997	14,5	20,8	15,9	11,9	8,7	12,6	9,1	8,3	5,4
Mato Grosso									
1996	13,8	20,9	14,3	12,4	9,4	16,1	13,1	9,3	6,0
1997	10,1	18,2	11,5	9,1	6,4	10,8	7,8	5,1	3,9

(continua)

(continuação)

UF	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Nordeste									
1996	17,6	25,6	20,5	15,2	11,7	16,2	13,1	10,4	7,8
1997	15,7	23,2	17,9	13,3	10,0	14,6	11,2	8,6	6,1
Sudeste									
1996	10,2	6,7	13,5	10,2	6,4	15,5	11,7	8,4	5,9
1997	6,6	7,1	9,0	5,0	3,7	9,2	7,5	5,9	4,4
Sul									
1996	14,9	18,5	14,6	10,7	10,4	19,8	18,4	14,4	9,3
1997	11,5	17,0	13,0	8,8	8,3	13,9	11,9	9,7	6,1
Centro-Oeste									
1996	14,8	19,6	15,9	12,4	9,5	18,4	15,8	12,6	9,0
1997	13,2	16,9	13,9	10,8	7,8	17,1	14,5	11,8	8,4

Fonte: MEC/Inep/Sec.

TABELA A.8

Taxa de Reprovação por Série para o Ensino Médio, por UF e Região — 1996 e 1997

(Em %)

UF	Total	1ª série	2ª série	3ª série
Brasil				
1996	9,7	13,6	8,5	4,3
1997	7,5	10,5	6,4	3,6
Outras regiões				
1996	9,7	13,6	8,5	4,3
1997	7,5	10,6	6,3	3,5
Amazônia Legal				
1996	10,3	13,9	8,6	5,1
1997	7,8	10,2	6,9	4,1
Rondônia				
1996	11,7	14,4	10,3	7,5
1997	10,0	12,9	8,7	5,9
Acre				
1996	6,8	9,7	5,6	3,8
1997	6,9	8,6	8,1	3,1
Amazonas				
1996	7,7	10,5	6,0	4,4
1997	5,3	7,5	4,2	2,7
Roraima				
1996	9,5	12,0	7,2	6,5
1997	5,9	7,2	4,2	5,5

(continua)

(continuação)

UF	Total	1ª série	2ª série	3ª série
Pará				
1996	14,5	18,8	12,2	7,7
1997	9,0	10,7	8,3	6,1
Amapá				
1996	13,8	18,2	13,5	6,0
1997	12,5	15,2	13,9	6,4
Tocantins				
1996	5,4	6,7	5,6	2,0
1997	5,8	7,4	5,6	2,4
Maranhão				
1996	9,8	14,3	8,0	3,7
1997	8,9	13,0	7,7	3,3
Mato Grosso				
1996	6,9	9,4	5,8	3,2
1997	4,9	6,7	4,2	2,1
Nordeste				
1996	8,5	11,3	7,5	4,2
1997	7,4	10,4	6,0	3,5
Sudeste				
1996	9,0	12,9	7,7	3,7
1997	6,3	8,8	5,5	3,1
Sul				
1996	12,5	17,4	11,4	5,7
1997	10,0	14,8	8,3	4,2
Centro-Oeste				
1996	12,2	16,3	10,8	5,4
1997	11,2	15,2	9,4	5,6

Fonte: MEC/Inep/Seec.

TABELA A.9

Taxa de Abandono por Série para o Ensino Fundamental, por UF e Região — 1996 e 1997
 (Em %)

UF	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Brasil									
1996	12,3	15,6	9,5	8,8	7,8	18,3	13,7	12,5	10,1
1997	10,9	14,4	9,0	8,1	7,2	14,8	12,0	10,4	8,2
Outras regiões									
1996	11,6	15,1	8,7	7,9	7,0	17,5	13,1	11,8	9,6
1997	9,9	13,2	8,1	7,2	6,4	13,9	11,3	9,6	7,5
Amazônia Legal									
1996	17,3	19,1	14,7	14,4	13,5	23,5	18,9	18,4	14,3
1997	16,7	19,1	14,3	14,0	13,0	20,9	17,9	17,3	14,0
Rondônia									
1996	13,1	11,7	6,8	6,9	9,6	24,5	18,7	17,8	16,2
1997	13,6	14,7	7,8	7,9	8,4	21,6	19,1	18,7	14,7
Acre									
1996	17,3	20,8	14,6	14,1	12,0	24,9	17,3	16,0	12,2
1997	18,5	21,1	17,7	15,8	15,7	22,2	18,7	17,0	14,4
Amazonas									
1996	17,7	16,6	11,6	11,5	11,6	29,3	23,4	20,0	18,5
1997	16,5	16,9	12,2	10,9	10,3	24,1	21,5	20,2	17,8
Roraima									
1996	9,3	11,4	6,2	6,8	6,0	12,4	14,4	8,9	8,9
1997	10,7	15,5	7,7	8,7	9,8	12,1	11,3	8,2	7,9
Pará									
1996	19,2	21,4	18,1	18,2	17,6	21,5	18,2	18,4	13,3
1997	18,0	19,5	17,2	17,3	15,9	20,6	16,7	17,0	14,4
Amapá									
1996	9,6	7,9	8,9	9,0	8,3	10,5	11,2	14,1	11,3
1997	9,0	10,9	9,0	7,3	7,8	8,9	8,9	9,1	10,2
Tocantins									
1996	22,8	24,5	18,4	21,1	16,6	35,5	24,0	29,0	8,8
1997	20,8	25,3	18,4	19,7	17,9	26,4	17,7	20,3	11,6
Maranhão									
1996	16,3	19,3	15,6	14,4	12,7	19,3	15,0	15,3	11,8
1997	16,0	19,8	13,9	13,3	11,9	17,6	15,7	15,2	10,2
Mato Grosso									
1996	15,3	14,8	9,0	8,8	8,7	24,6	21,7	18,6	18,5
1997	16,0	16,1	10,6	10,8	10,6	23,6	21,4	18,4	17,7

(continua)

(continuação)

UF	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Nordeste									
1996	19,2	24,1	15,7	14,8	12,8	26,8	19,2	17,6	14,1
1997	16,4	19,9	14,4	13,7	12,0	20,8	16,7	15,1	12,5
Sudeste									
1996	7,4	6,4	4,7	4,1	3,9	12,9	10,4	9,4	7,5
1997	5,9	5,4	4,1	3,9	3,5	10,0	7,7	7,1	5,3
Sul									
1996	7,4	6,7	3,6	3,9	4,3	13,1	10,2	9,6	8,0
1997	6,3	4,9	2,6	3,0	3,0	11,5	11,8	7,8	6,0
Centro-Oeste									
1996	13,8	11,5	9,0	9,6	9,3	22,7	17,7	16,6	15,1
1997	12,8	14,3	8,9	8,8	8,6	18,1	15,7	14,3	12,8

Fonte: MEC/Inep/Sec.

TABELA A.10

Taxa de Abandono por Série para o Ensino Médio, por UF e Região — 1996 e 1997

(Em %)

UF	Total	1ª série	2ª série	3ª série
Brasil				
1996	17,1	23,1	15,7	7,8
1997	14,0	18,8	13,0	7,0
Outras regiões				
1996	16,6	22,4	15,3	7,5
1997	13,1	17,6	12,2	6,6
Amazônia Legal				
1996	21,4	28,4	19,0	9,9
1997	22,4	29,3	19,6	11,7
Rondônia				
1996	22,5	30,0	18,8	9,7
1997	20,9	24,9	21,6	9,4
Acre				
1996	22,1	30,0	17,2	16,9
1997	22,4	31,0	19,3	11,2
Amazonas				
1996	19,4	27,9	14,6	8,8
1997	19,7	27,9	17,0	8,7

(continua)

(continuação)

UF	Total	1ª série	2ª série	3ª série
Roraima				
1996	25,6	31,5	24,0	13,5
1997	24,2	29,9	19,9	12,1
Pará				
1996	21,5	27,9	18,2	11,8
1997	28,7	35,7	22,6	21,7
Amapá				
1996	23,7	34,0	19,4	7,4
1997	15,6	22,8	12,7	4,8
Tocantins				
1996	27,8	39,6	22,1	5,8
1997	25,2	34,1	22,6	9,4
Maranhão				
1996	16,4	20,5	16,8	7,2
1997	16,0	21,6	15,4	5,3
Mato Grosso				
1996	26,9	32,8	27,5	13,3
1997	21,7	28,7	21,9	8,6
Nordeste				
1996	21,8	29,6	19,4	9,0
1997	18,2	24,6	16,7	8,2
Sudeste				
1996	14,4	19,5	13,5	6,7
1997	11,0	14,6	10,5	5,6
Sul				
1996	15,9	20,8	15,2	8,0
1997	12,6	16,5	11,4	7,6
Centro-Oeste				
1996	20,3	27,1	17,8	9,0
1997	16,0	21,4	14,5	7,4

Fonte: MEC/Inep/Seec.

TABELA A.11

Taxa de Distorção Idade/Série para o Ensino Fundamental, por UF e Região — 1996 e 1998
(Em %)

UF	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Brasil									
1996	47,0	40,0	44,1	46,4	46,6	55,6	53,2	49,2	...
1998	46,6	38,2	43,9	44,5	45,7	54,3	52,5	52,0	50,6
Outras regiões									
1996	44,2	36,3	40,6	43,3	43,8	53,8	51,5	47,9	...
1998	44,1	34,3	40,2	41,2	42,9	52,2	50,7	50,5	49,3
Amazônia Legal									
1996	61,9	54,9	63,0	64,5	63,9	68,4	66,6	61,4	...
1998	60,7	52,0	62,0	63,1	63,4	68,5	66,0	64,6	62,5
Rondônia									
1996	47,7	33,9	43,1	47,2	49,9	60,2	59,3	55,1	...
1998	46,8	28,8	40,3	43,7	46,6	61,4	59,0	57,1	55,9
Acre									
1996	59,1	50,1	60,7	61,2	61,8	67,1	63,1	63,3	...
1998	57,8	49,7	60,3	59,9	60,5	62,3	62,6	62,9	61,5
Amazonas									
1996	67,1	60,5	66,1	65,5	64,3	74,7	74,7	68,6	...
1998	64,6	53,4	62,4	65,4	64,2	74,6	72,5	72,1	71,6
Roraima									
1996	47,8	34,9	45,4	49,6	51,6	57,8	57,1	50,5	...
1998	45,4	32,0	42,7	47,4	49,7	53,4	54,0	49,2	47,8
Pará									
1996	65,3	58,8	68,7	70,4	69,5	69,4	65,7	55,8	...
1998	64,0	55,1	68,6	70,4	70,7	70,8	67,4	62,8	59,0
Amapá									
1996	48,3	31,8	41,4	48,8	52,7	61,9	62,7	60,9	...
1998	48,1	30,0	40,7	49,1	53,9	62,1	61,5	57,3	61,2
Tocantins									
1996	63,2	51,8	61,8	66,7	68,7	71,3	71,5	62,9	...
1998	64,4	49,1	61,4	66,5	67,9	74,3	72,4	75,1	71,2
Maranhão									
1996	66,3	60,4	69,3	70,4	68,8	70,6	68,1	65,5	...
1998	65,2	58,5	68,3	68,2	68,2	71,7	68,1	67,7	65,2
Mato Grosso									
1996	47,8	31,2	41,2	46,2	47,4	61,8	60,4	56,8	...
1998	44,1	24,2	36,4	40,7	44,0	57,1	57,0	55,0	53,8

(continua)

(continuação)

UF	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Nordeste									
1996	65,6	58,1	66,5	67,6	67,1	73,1	70,4	67,3	...
1998	64,0	53,3	64,5	67,6	65,9	72,2	69,3	70,5	67,6
Sudeste									
1996	34,7	16,7	26,5	32,1	34,4	47,4	46,1	42,9	...
1998	34,2	14,7	22,6	25,6	34,3	43,9	45,5	45,4	44,6
Sul									
1996	27,2	12,8	20,0	23,8	26,7	38,2	38,1	34,7	...
1998	25,8	10,5	17,6	21,4	24,0	35,8	33,1	32,2	37,7
Centro-Oeste									
1996	46,9	29,6	39,7	44,5	47,4	60,3	58,6	55,3	...
1998	45,8	25,3	36,3	42,6	43,2	56,6	58,2	58,2	56,6

Fonte: MEC/Inep/Seec.

TABELA A.12

Taxa de Distorção Idade/Série para o Ensino Médio, por UF e Região — 1996 e 1998

(Em %)

UF	Total	1ª série	2ª série	3ª série
Brasil				
1996	55,2	57,7	54,6	51,0
1998	53,9	56,4	52,8	51,3
Outras Regiões				
1996	53,3	55,7	53,0	48,8
1998	52,1	54,3	51,1	49,5
Amazônia Legal				
1996	71,0	73,6	69,4	67,5
1998	70,0	72,9	68,4	65,9
Rondônia				
1996	63,8	66,0	62,4	60,8
1998	61,7	63,6	61,4	58,2
Acre				
1996	68,5	69,8	67,6	66,8
1998	66,7	67,3	66,0	64,8
Amazonas				
1996	74,9	75,6	73,8	74,9
1998	72,6	73,9	71,8	71,9

(continua)

(continuação)

UF	Total	1ª série	2ª série	3ª série
Roraima				
1996	75,4	75,7	75,0	75,3
1998	73,2	74,1	73,9	72,0
Pará				
1996	77,6	80,9	75,7	72,3
1998	74,3	77,3	72,4	70,0
Amapá				
1996	75,4	77,5	73,9	72,1
1998	76,6	78,5	75,1	72,4
Tocantins				
1996	74,4	76,7	72,2	72,3
1998	79,3	81,8	77,9	75,4
Maranhão				
1996	66,6	69,7	65,2	62,1
1998	68,5	72,4	66,5	63,0
Mato Grosso				
1996	59,2	61,6	58,4	55,3
1998	55,7	59,7	53,7	50,9
Nordeste				
1996	69,9	72,9	69,2	65,0
1998	69,6	72,3	68,7	66,4
Sudeste				
1996	50,0	52,2	49,8	46,2
1998	48,4	49,7	48,0	47,0
Sul				
1996	41,5	43,3	41,4	37,9
1998	39,1	41,6	36,6	36,7
Centro-Oeste				
1996	58,8	62,5	57,3	52,9
1998	58,1	61,0	56,3	54,5

Fonte: MEC/Inep/Seec.

TABELA A.13

Taxa de Docentes por Grau de Formação para a Educação Básica — 1996 e 1998

(Em %)

UF/Nível de atuação do docente	Grau de formação do docente ^b									
	Fundamental				Médio				Superior	
	Incompleto		Completo		Magistério		Outra formação			
	1996	1998	1996	1998	1996	1998	1996	1998	1996	1998
Brasil										
Educação infantil ^a	12,2	7,7	10,3	8,3	58,3	61,7	4,1	4,1	15,1	18,1
Ensino fundamental ^f										
Total	4,6	3,1	4,4	3,9	42,4	42,5	4,7	4,3	43,8	46,2
1ª à 4ª série	8,1	5,5	7,1	6,3	61,1	63,2	3,3	3,3	20,3	21,6
5ª à 8ª série	0,1	0,1	0,9	0,9	18,7	17,5	6,6	5,7	73,7	75,8
Ensino médio	0,0	0,0	0,3	0,2	6,9	5,1	6,4	5,3	86,4	89,3
Outras regiões										
Educação infantil ^a	10,4	6,1	8,7	7,2	59,2	61,7	4,3	4,3	17,4	20,6
Ensino fundamental ^f										
Total	3,5	2,2	3,4	3,0	40,5	40,0	4,5	4,1	48,1	50,7
1ª à 4ª série	6,3	4,0	5,5	5,0	61,7	62,9	3,3	3,3	23,2	24,8
5ª à 8ª série	0,1	0,1	0,8	0,8	15,1	14,0	6,1	5,1	77,9	79,9
Ensino médio	0,0	0,0	0,3	0,2	5,7	4,1	6,2	4,9	87,7	90,8
Amazônia Legal										
Educação infantil ^a	22,0	17,6	19,2	14,8	53,3	61,6	3,0	3,0	2,5	3,1
Ensino fundamental ^f										
Total	12,1	8,9	10,9	9,3	54,9	58,6	6,1	5,8	16,0	17,5

(continua)

(continuação)

UF/Nível de atuação do docente	Grau de formação do docente ^b									
	Fundamental				Médio				Superior	
	Incompleto		Completo		Magistério		Outra formação			
	1996	1998	1996	1998	1996	1998	1996	1998	1996	1998
1ª à 4ª série	18,4	13,5	15,7	13,3	57,8	64,7	3,7	3,3	4,4	5,2
5ª à 8ª série	0,2	0,2	1,9	1,7	49,5	47,2	10,6	10,3	37,8	40,6
Ensino médio	0,1	0,1	0,4	0,3	18,0	15,6	8,6	9,5	73,0	74,5
Rondônia										
Educação infantil ^a	7,7	6,7	10,5	9,2	73,4	76,1	5,7	3,9	2,7	4,1
Ensino fundamental ^f										
Total	10,4	7,4	10,7	11,8	50,6	50,3	5,3	6,4	23,0	24,1
1ª à 4ª série	16,5	12,1	16,3	18,9	61,0	62,0	3,4	4,1	2,9	2,9
5ª à 8ª série	0,1	0,4	1,1	1,3	32,8	32,8	8,6	9,9	57,5	55,7
Ensino médio	0,0	0,0	0,1	0,0	6,7	5,1	7,3	6,4	85,9	88,4
Acre										
Educação infantil ^a	3,0	4,7	13,6	12,0	73,7	74,3	3,4	2,8	6,3	6,2
Ensino fundamental ^f										
Total	9,0	5,3	14,2	19,2	48,5	49,5	4,6	5,6	23,6	20,5
1ª à 4ª série	14,6	8,2	21,8	28,8	56,1	56,3	2,8	2,5	4,8	4,3
5ª à 8ª série	0,0	0,0	2,2	1,7	36,4	37,2	7,4	11,2	54,0	49,8
Ensino médio	0,0	0,0	0,0	0,0	7,6	6,2	6,2	6,6	86,2	87,2
Amazonas										
Educação infantil ^a	21,7	22,5	9,0	10,7	63,9	62,4	4,2	3,1	1,2	1,3

(continua)

(continuação)

UF/Nível de atuação do docente	Grau de formação do docente ^b									
	Fundamental				Médio				Superior	
	Incompleto		Completo		Magistério		Outra formação			
	1996	1998	1996	1998	1996	1998	1996	1998	1996	1998
Ensino fundamental ^f										
Total	13,9	10,2	5,0	5,3	54,6	59,4	7,7	5,5	18,8	19,5
1ª à 4ª série	23,4	17,0	8,2	8,7	61,8	68,3	4,7	3,4	2,0	2,5
5ª à 8ª série	0,0	0,1	0,2	0,4	44,1	46,3	12,2	8,6	43,4	44,7
Ensino médio	0,0	0,1	0,0	0,0	12,7	12,0	9,2	6,6	78,1	81,3
Roraima										
Educação infantil ^a	2,6	7,3	21,5	23,8	67,0	60,4	4,0	6,9	4,8	1,7
Ensino fundamental ^f										
Total	0,9	1,2	14,6	13,0	66,2	64,4	6,8	8,8	11,5	12,6
1ª à 4ª série	1,3	1,7	21,2	17,2	70,8	71,3	3,9	6,6	2,8	3,2
5ª à 8ª série	0,1	0,4	3,1	5,5	58,5	52,0	11,7	12,7	26,6	29,4
Ensino médio	0,0	0,0	0,0	1,0	18,1	14,5	11,0	15,7	70,9	68,8
Pará										
Educação infantil ^a	20,7	15,0	30,0	22,8	45,9	57,8	1,9	2,0	1,5	2,4
Ensino fundamental ^f										
Total	9,5	8,4	17,3	13,5	52,4	57,8	5,9	4,7	14,9	15,6
1ª à 4ª série	13,2	11,7	23,1	17,8	56,9	64,7	3,8	2,7	3,0	3,1
5ª à 8ª série	0,1	0,2	2,5	2,7	41,0	40,7	11,5	9,7	44,9	46,7
Ensino médio	0,0	0,0	0,2	0,2	9,0	6,3	5,0	9,4	85,7	84,1

(continua)

(continuação)

UF/Nível de atuação do docente	Grau de formação do docente ^b									
	Fundamental				Médio				Superior	
	Incompleto		Completo		Magistério		Outra formação			
	1996	1998	1996	1998	1996	1998	1996	1998	1996	1998
Amapá										
Educação infantil ^a	4,2	6,2	6,1	2,5	85,3	88,4	3,7	1,8	0,7	1,0
Ensino fundamental ^f										
Total	0,1	0,3	2,4	0,5	75,3	75,3	5,6	6,6	16,6	17,4
1ª à 4ª série	0,2	0,5	3,7	0,5	92,3	95,2	2,4	1,7	1,3	2,1
5ª à 8ª série	0,0	0,0	0,3	0,3	48,2	41,2	10,6	15,0	40,9	43,5
Ensino médio	0,0	0,0	0,0	0,0	5,1	2,0	0,5	5,3	94,4	92,7
Tocantins										
Educação infantil ^a	28,4	16,9	19,2	16,5	45,9	58,6	4,5	4,6	2,0	3,4
Ensino fundamental ^f										
Total	13,1	11,3	11,7	10,1	57,3	59,4	7,8	6,4	10,3	12,9
1ª à 4ª série	19,8	17,3	15,6	13,9	58,0	61,6	4,7	3,9	2,0	3,4
5ª à 8ª série	0,8	0,6	4,5	3,4	56,0	55,5	13,4	10,8	25,3	29,6
Ensino médio	0,9	0,0	1,1	0,4	33,5	32,1	12,7	10,9	51,8	56,5
Maranhão										
Educação infantil ^a	28,9	23,7	17,1	12,8	51,4	60,7	2,2	2,0	0,4	0,8
Ensino fundamental ^f										
Total	18,8	12,6	9,8	8,1	61,9	67,9	4,0	4,3	5,5	7,1
1ª à 4ª série	28,0	18,5	13,7	11,3	55,4	66,5	2,2	2,5	0,7	1,2

(continua)

(continuação)

UF/Nível de atuação do docente	Grau de formação do docente ^b									
	Fundamental				Médio				Superior	
	Incompleto		Completo		Magistério		Outra formação			
	1996	1998	1996	1998	1996	1998	1996	1998	1996	1998
5ª à 8ª série	0,1	0,1	1,8	1,3	75,2	71,0	7,6	8,0	15,3	19,5
Ensino médio	0,0	0,1	0,6	0,5	33,4	31,0	10,5	11,0	55,5	57,4
Mato Grosso										
Educação infantil ^a	3,3	3,4	8,8	6,4	55,9	59,2	8,4	9,3	23,6	21,7
Ensino fundamental ^c										
Total	4,0	2,9	6,1	3,8	39,4	39,2	9,9	10,7	40,6	43,4
1ª à 4ª série	7,0	5,1	9,4	5,8	52,1	53,2	6,6	6,8	24,9	29,0
5ª à 8ª série	0,3	0,3	2,1	1,5	23,4	22,5	14,0	15,2	60,2	60,5
Ensino médio	0,0	0,0	0,2	0,7	6,9	7,1	9,9	10,4	83,0	81,8
Nordeste										
Educação infantil ^a	21,4	14,6	15,0	14,9	55,3	61,9	3,2	3,2	5,0	5,4
Ensino fundamental ^c										
Total	9,5	6,1	7,4	7,3	52,0	55,2	4,8	4,8	26,3	26,7
1ª à 4ª série	14,6	9,3	10,8	10,1	62,5	68,1	3,1	3,0	9,0	9,5
5ª à 8ª série	0,1	0,2	1,2	2,0	32,7	31,9	7,7	8,0	58,3	57,7
Ensino médio	0,0	0,1	0,6	0,4	14,3	11,2	7,4	9,0	77,7	79,4
Sudeste										
Educação infantil ^a	0,5	0,3	2,0	1,4	63,7	62,7	4,4	4,2	29,5	31,3

(continua)

(continuação)

UF/Nível de atuação do docente	Grau de formação do docente ^b									
	Fundamental				Médio				Superior	
	Incompleto		Completo		Magistério		Outra formação			
	1996	1998	1996	1998	1996	1998	1996	1998	1996	1998
Ensino fundamental ^f										
Total	0,7	0,3	1,2	0,7	35,7	33,2	3,7	2,7	58,8	63,1
1ª à 4ª série	1,3	0,6	1,7	1,0	63,5	62,2	2,2	2,5	31,3	33,6
5ª à 8ª série	0,0	0,0	0,6	0,3	8,1	6,9	5,2	2,9	86,0	89,8
Ensino médio	0,0	0,0	0,2	0,1	2,8	1,3	5,4	2,4	91,7	96,2
Sul										
Educação infantil ^a	2,2	3,0	6,7	5,5	58,2	56,3	7,8	8,1	25,1	27,2
Ensino fundamental ^f										
Total	1,0	0,5	2,2	1,9	33,4	30,6	5,7	5,7	57,7	61,2
1ª à 4ª série	1,9	1,0	3,6	3,3	56,7	54,7	5,7	5,5	32,1	35,6
5ª à 8ª série	0,1	0,1	0,7	0,6	9,4	7,5	5,8	5,9	84,1	85,9
Ensino médio	0,0	0,1	0,2	0,1	2,6	2,3	6,1	5,9	91,0	91,7
Centro Oeste										
Educação infantil ^a	4,3	3,2	7,6	6,7	63,2	65,4	4,3	3,7	20,5	20,9
Ensino fundamental ^f										
Total	1,9	1,4	3,6	2,6	42,1	41,1	5,7	6,1	46,6	48,8
1ª à 4ª série	3,6	2,7	6,1	4,4	60,2	59,6	3,4	3,4	26,7	29,9
5ª à 8ª série	0,1	0,1	1,2	0,8	24,0	23,3	8,1	8,8	66,7	67,0
Ensino médio	0,1	0,0	0,2	0,1	11,8	10,4	9,3	10,4	78,5	79,0

Fonte: MEC/Inep/Seec.

^a Inclui a educação pré-escolar e classe de alfabetização.

^b O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

^c O mesmo docente pode ministrar aulas para o grupo da 1ª à 4ª e/ou da 5ª à 8ª série.

Obs.: As taxas inferiores a 0,05% foram arredondadas para 0,0%.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, M. I. C. *et alii*. Condições educacionais. *Indicadores sociais: uma análise da década de 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.
- BARRO, S. M. El desarrollo de indicadores financieros educacionais comparables a nível internacional: la experiencia de la OCDE y sus implicaciones para el Mercosur. *Indicadores educacionais comparados en el Mercosur*. Santiago, ago. 1998.
- BRASIL. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento — SNIS. *Diagnóstico dos serviços de água e esgotos — 1995*. Brasília: Projeto de Modernização do Setor Saneamento — PMSS, 1996.
- . Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento — SNIS. *Diagnóstico dos serviços de água e esgotos — 1997*. Brasília: Projeto de Modernização do Setor Saneamento — PMSS, 1998.
- CANADIAN EDUCATION STATISTICS COUNCIL. *Education indicators in Canada. Pan-Canadian Education Indicators Program*. Toronto, 1996.
- CASTRO, J. A. *Federalismo e gasto público em educação no Brasil*. Brasília: IPEA, dez. 1998.
- FERNADES M. A. *et alii*. *Dimensionamento e acompanhamento do gasto social federal*. Brasília: IPEA, fev. 1998a (Texto para Discussão, 547).
- . *Gasto social consolidado — 1995*. Brasília: IPEA, jun. 1998b (Texto para Discussão, s/n).
- MCMEEKIN, R. W. Estatísticas educativas en America Latina y el Caribe. *Indicadores educacionais comparados en el Mercosur*. Santiago, ago. 1998.
- MEDICI, A. C., MACIEL, M. C. A dinâmica do gasto social nas três esferas de governo: 1980-92. *Descentralização e políticas sociais*. São Paulo: Fundap, 376p., 1996.
- MILLA, J. I. Sistemas de indicadores de la OCDE y cuestionario UOE. Aplicación de los indicadores de la OCDE: caso España. *Indicadores educacionais comparados en el Mercosur*. Santiago, ago. 1998.
- NATIONAL CENTER FOR EDUCATION STATISTICS. *The condition of education, 1994*. Washington, DC, 1994.
- . *Education indicators: an international perspective*. Washington, DC, Nov. 1996a.
- . *Education in states and nations. Indicators comparing U.S. States with other industrialized countries in 1991*. Washington, DC, 1996b.
- . *International education indicators: a time series perspective*. Washington, DC, 1997a.
- . *State indicators in education, 1997*. Washington, DC, 1997b.

OFFICE FEDERAL DE LA STATISTIQUE (OFS). *Les indicateurs de l'enseignement en Suisse*. Berne, 1993.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *Education at a glance: OCDE — indicators*. Paris, 1995, 1996 e 1997.

—————. *Education at a glance: analysis*. Paris, 1996.

EDITORIAL

Coordenação Editorial
Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Supervisão Editorial
Helena Rodarte Costa Valente

Revisão
Alessandra Senna Volkert (estagiária)
André Pinheiro
Elisabete de Carvalho Soares
Lucia Duarte Moreira
Luiz Carlos Palhares
Miriam Nunes da Fonseca

Editoração
Carlos Henrique Santos Vianna
Rafael Luzente de Lima
Roberto das Chagas Campos
Ruy Azeredo de Menezes (estagiário)

Divulgação
Libanete de Souza Rodrigues
Raul José Cordeiro Lemos

Reprodução Gráfica
Edson Soares

Brasília
SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,
10º andar – 70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 315-5336
Fax: (61) 315-5314
Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Home page: <http://www.ipea.gov.br>

Rio de Janeiro
Av. Presidente Antônio Carlos, 51, 14º andar
20020-010 – Rio de Janeiro – RJ
Fone: (21) 3804-8118
Fax: (21) 2220-5533
Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

Tiragem: 130 exemplares